

Everaldo

32 cop.

122

Carlos Eduardo Martins

GLOBALIZAÇÃO, DEPENDÊNCIA E  
NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

BOITÊMPA  
EDITORIAL

Copyright © Boitempo Editorial, 2011  
Copyright © Carlos Eduardo Martins, 2011

*Coordenação editorial*  
Ivana Jinkings

*Editora-adjunta*  
Bibiana Leme

*Assistência editorial*  
Caio Ribeiro e Livia Campos

*Revisão*  
Thaís Burani

*Diagramação*  
Antonio Kehl e Bianca Mimiza

*Capa*  
Antonio Kehl  
sobre *Untitled (Green Stripe)*, de Olga Rozanova, 1917

*Produção*  
Ana Lotufo Valverde e Livia Campos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M342g

Martins, Carlos Eduardo, 1965-  
Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina /  
Carlos Eduardo Martins. - São Paulo : Boitempo, 2011.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7559-191-8

1. Globalização. 2. Neoliberalismo - América Latina. 3. América  
Latina - Condições econômicas. I. Título.

11-6616.

CDD: 330.98

CDU: 338.1(8)

04.10.11 11.10.11

030346

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer  
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

-1ª edição: novembro de 2011; 1ª reimpressão: fevereiro de 2013

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.wordpress.com

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

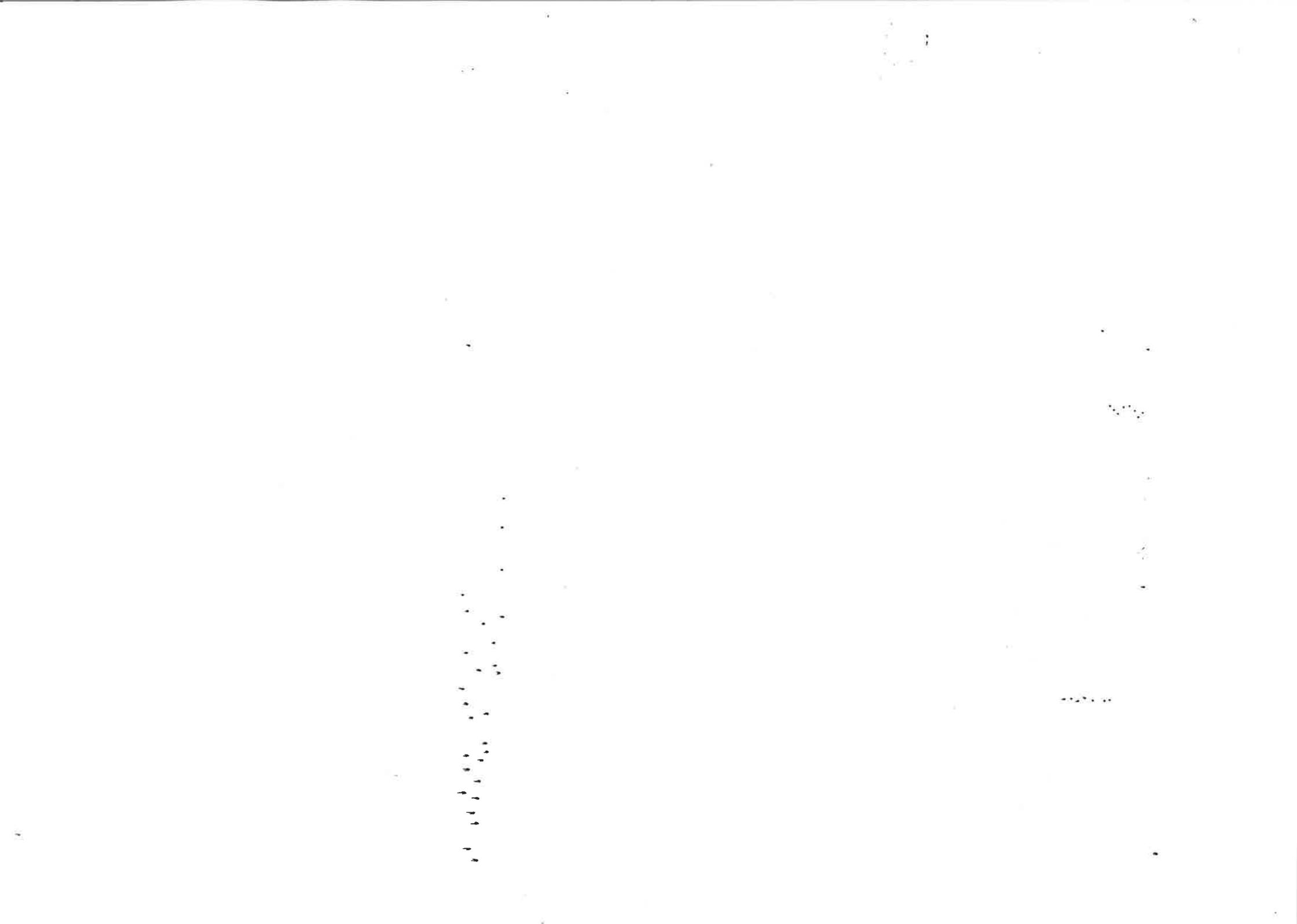
www.youtube.com/user/imprensaboitempo

## A GLOBALIZAÇÃO E A CRISE DO MODERNO SISTEMA MUNDIAL

### *1- A revolução científico-técnica e a globalização*

Vimos nos capítulos anteriores que o conceito de globalização dificilmente tem sido tratado de forma apropriada. Raramente tem sido concebido como um processo dialético que articula e confronta estruturas de produção e forças produtivas radicalmente distintas. Em geral, a globalização tem sido entendida como um processo institucionalizado ou em fase de institucionalização: nesses enfoques, ela pode representar, nas versões mais ousadas, uma nova era controlada pelo capital, na qual se afirma um sistema produtivo global dirigido pelo capital financeiro sob o comando de empresas-rede ou do capital em geral; pode significar a etapa avançada de uma longa continuidade de desenvolvimento do sistema mundial; pode designar uma nova etapa a ser dirigida por regimes internacionais baseados na hegemonia compartilhada entre os Estados mais poderosos da economia-mundo; ou ainda representar a mundialização do capital financeiro que submete a economia mundial a um regime de depressão permanente. Mas essas visões tomam unilateralmente em consideração momentos ou certas potencialidades do processo e não conseguem reconstruí-lo numa totalidade prático-teórica.

Propomos aqui compreender a globalização como um processo revolucionário que confronta o modo de produção capitalista e sua superestrutura jurídico-política e ideológica com uma nova estrutura de forças produtivas que ele não pode absorver integralmente. Ela designa um processo de transição de dimensões civilizacionais que exaure os limites da existência capitalista e exige, para se efetivar, a construção das bases de uma civilização planetária.



A globalização se desenvolve a partir do processo de mundialização da revolução científico-técnica. O conceito de revolução científico-técnica foi desenvolvido no Leste Europeu e na União Soviética. Mas ganha sua expressão paradigmática na obra do teórico Radovan Richta, *La civilización en la encrucijada* (1969), refletindo o contexto da Primavera de Praga e o ambiente sociopolítico de questionamento das restrições impostas pela burocracia às sociedades socialistas. O autor sistematiza e organiza as postulações de Marx de que o capitalismo era um modo de produção que tinha sua base de forças produtivas na Revolução Industrial. Theotonio dos Santos contribuirá amplamente para a difusão e desenvolvimento da perspectiva aberta por Richta em um conjunto de obras que analisam a revolução científico-técnica e seu desenvolvimento no capitalismo contemporâneo e na economia mundial<sup>98</sup>.

Podemos distinguir na obra de Richta os conceitos de estrutura e de dinâmica de forças produtivas. Ele afirma que as forças produtivas são o amplo conjunto de forças que produzem a vida humana e, como tal, são preces de significados sociais. O autor parte da visão de Marx, negligenciada pela literatura oficial soviética, de que o trabalho coletivo é fundamento das forças produtivas. Portanto, elas incluem não apenas elementos físicos, como os instrumentos de produção, o objeto de trabalho, a força de trabalho e os elementos auxiliares; mas também a combinação social, os valores e os elementos subjetivos que constituem e organizam o trabalho coletivo. Quanto maior a importância social dos elementos subjetivos na organização do trabalho coletivo, maior o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

A estrutura das forças produtivas compreende os elementos físicos e subjetivos que constituem o trabalho coletivo. Eles estão organizados em torno das relações de produção, que incluem, por sua vez, as relações de propriedade, de trabalho, distribuição, troca e consumo. A dinâmica das forças produtivas representa a expansão de sua estrutura mediante a geração de um excedente econômico. Na geração do excedente econômico, determinados componentes das forças produtivas ganham papel de destaque, segundo o modo de produção vigente. No modo de produção ca-

<sup>98</sup> Os principais trabalhos de Theotonio sobre revolução científico-técnica são: *La revolución científico-técnica: tendencias y perspectivas* (México D.F., Facultad de Economía Unam, 1977); "La tecnología y la restructuración capitalista: opciones para América Latina", *Comercio Exterior*, México D.F., v. 29, n. 12, 1979; *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo* (Petrópolis, Vozes, 1983); *Revolução científico-técnica e acumulação de capital* (Petrópolis, Vozes, 1987); "A revolução científico-técnica e a nova divisão internacional do trabalho"; *The Ritsumeikan Journal of International Studies*, Kyoto, v. 3, n. 1, 1990; *Revolução científico-técnica, nova divisão internacional do trabalho e sistema mundial* (Vitória, Cadernos da Ange, 1994); e *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana* (4. ed. ampliada, Petrópolis, Vozes, 1995). Os estudos de Theotonio sobre a revolução científico-técnica darão lugar ainda a uma reflexão teórico-metodológica sobre o papel das forças produtivas no mundo contemporâneo que se concentra em seu livro *Forças produtivas e relações de produção* (Petrópolis, Vozes, 1984).

pitalista, o excedente se expande impulsionado pela combinação entre maquinaria e força de trabalho que constituirá a base da grande indústria. A Revolução Industrial se desenvolve, provocando amplos movimentos de migrações rurais para os centros urbanos e concentrando suas populações em grandes unidades de trabalho. A massa de trabalhadores vinculada à indústria cresce amplamente e constitui indicador de desenvolvimento de um Estado até meados do século XX. O sistema de máquinas, como vimos, desqualifica relativamente a força de trabalho, que se torna cada vez mais abstrata e intensiva. A ciência se incorpora à produção, mas sem revolucionar os fundamentos da divisão do trabalho que constituem o trabalho coletivo. Este se divide entre uma grande massa de operários que despende, sobretudo fisicamente, sua força de trabalho e um pequeno contingente de gestores, engenheiros e tecnólogos que organiza a expansão técnica e financeira do sistema de máquinas.

Richta menciona que o modo de produção capitalista, durante a Revolução Industrial, apesar de incorporar progressivamente a tecnologia e o progresso técnico, continua a ser uma forma econômica extensiva, pois: o crescimento econômico depende do aumento absoluto e relativo da massa de trabalho físico empregada na indústria; a ciência permanece uma força secundária no processo produtivo; a produção é dirigida pelo princípio mecânico que encontra na linha de montagem sua forma mais avançada; e as ações do trabalho sobre seu objeto são dominadas por princípios quantitativos, como os de cortar e montar, apesar da elaboração de novos materiais, como o aço.

A revolução científico-técnica se inicia quando a ciência se torna uma força predominante no crescimento econômico. Isso ocorre quando a geração do excedente econômico não encontra mais paralelismo com a expansão da massa de trabalho físico<sup>99</sup>. Desde então, a dinâmica de forças produtivas passa a ser dirigida pela ciência, que se torna seu componente mais importante. O princípio automático substitui o mecânico na direção da produção. Os componentes imateriais e simbólicos passam a determinar o dispêndio de trabalho coletivo e as dimensões subjetivas e voluntárias dominam as instâncias físicas e materiais das forças produtivas. Mas esse processo, em sua primeira etapa, permanece restrito à geração do crescimento econômico. Isto é, não afeta estruturalmente as bases

<sup>99</sup> Vimos no capítulo anterior, que é exatamente essa a situação descrita por Marx nos Grundrisse quando menciona que a ciência se torna uma força produtiva que não pode ser medida pelo trabalho necessário para produzi-la. Essa contradição entre ciência e valor é o que lhe permite reivindicar para a ciência a mesma condição de gratuidade oferecida pela natureza. Ela está na base da compreensão do fenômeno dos retornos sociais da inovação que se desenvolve na economia mundial contemporânea e designa uma situação em que a tendência à difusão predomina sobre a capacidade de apropriação privada do inovador.

organizacionais da sociedade, constituídas pelas relações de produção. Essas permanecem dirigidas pelo capital.

Desenvolve-se um período de profunda decadência do modo de produção capitalista, que dá lugar a profundas tensões sociais. Essa decadência tem seu fundamento no fato de as relações de produção passarem a se apoiar cada vez mais nas relações de propriedade do que nas relações de trabalho. O capital, incapaz de substituir amplamente o trabalho físico por trabalho subjetivo, busca em suas relações de propriedade o instrumento para manter o controle sobre as relações de produção. Cria-se então uma profunda contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que possuem seu princípio dinâmico nas relações de trabalho. O capital deixa de ser uma força progressista da economia-mundo para se tornar um travão ao seu desenvolvimento. Mas ele não pode ignorar as novas forças produtivas. Ao fundar-se na concorrência e na busca-da mais-valia extraordinária, deve buscar a redução dos custos de produção mediante a incorporação do progresso tecnológico. Estabelece-se uma etapa do capitalismo histórico em que este funciona com profundos desvios na lei do valor, pois a apropriação se torna cada vez mais um condicionante para a produção de mais-valia, refletindo o deslocamento do eixo das relações de produção para as relações de propriedade. Como detalharemos na seção seguinte, essa etapa de crise do moderno sistema mundial e do capitalismo histórico deverá se basear na intensificação da concorrência intercapitalista e no aprofundamento das relações com o Estado para permitir as transferências de mais-valia necessárias para valorizar o capital inovador. O resultado é que à acumulação se justapõe uma profunda destruição de capitais que reduz significativamente a potencialidade do crescimento econômico global, eleva dramaticamente o desemprego e cria as condições para redução dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, incorporando, ainda que de forma limitada, a força de trabalho qualificada ao processo produtivo.

Richta localiza o início da revolução científico-técnica na conjuntura que media os anos 1940 a 1960, embora a circunscreva aos países centrais. Podemos afirmar que para a economia mundial em seu conjunto, a revolução científico-técnica torna-se uma realidade a partir dos anos 1970 e 1980. Se tomarmos em consideração os indicadores fornecidos pelo Groningen Growth and Development Centre<sup>100</sup>, sob forte inspiração da metodologia estabelecida por Angus Maddison, podemos verificar, a partir desses anos, uma queda significativa relativa e absoluta dos trabalhadores empregados na manufatura<sup>101</sup>.

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www.eco.rug.nl/GGDC>>.

<sup>101</sup> Entre 1950 e 1970, o índice que mede o número de trabalhadores na manufatura se elevou nos Estados Unidos de 79,6 para 100,4; na Grã-Bretanha, de 146 para 161,3; na Alemanha Ocidental, de

A revolução científico-técnica generaliza o paradigma microeletrônico, nos anos 1970 e 1980, e estabelece as bases materiais da globalização. A firma-se o princípio automático na economia-mundo e o trabalho se desloca para fora da produção. Criam-se as condições materiais para a gestão global, pois as tecnologias de comunicação produzem massivamente informações em tempo real e eliminam as distâncias para a sua circulação. Entretanto, como mencionamos, essas bases se chocam com os fundamentos econômicos e jurídico-políticos do capitalismo.

O capital continua sendo uma forma econômica competitiva que se dedica à produção generalizada de mercadorias. Ele submete o planejamento a seus interesses privados, que são um limite à gestão global. A assimilação do paradigma microeletrônico pelo capital não conduz a um sistema produtivo mundial, ao domínio do capital em geral ou a instrumentos supranacionais de gestão. Conduz, ao contrário, a uma forma superior de competição monopólica que representa um acirramento da concorrência mundial: as empresas multinacionais ou "globais" continuam concentrando, em bases nacionais, seus ativos estratégicos<sup>102</sup>, e no plano internacional estamos muito longe de uma gestão global, pois instâncias como a ONU e seus organismos econômicos preservam em larga medida as prerrogativas da soberania nacional dos países centrais.

74,9 para 113,3; na França, de 107,9 para 120,8; na Holanda, de 106,3 para 125,1; no Japão, de 46,3 (1953) para 94,7; no Canadá, de 68,8 para 91,7; na Espanha, de 59,3 para 101,1. A partir daí o índice sofre uma inflexão para abaixo ou cresce muito mais lentamente, sinalizando a redução relativa ou absoluta dos trabalhadores na manufatura. Assim, entre 1970 e 2000, esse índice nos Estados Unidos cai para 96,4; na Grã-Bretanha, para 82,6; na Alemanha Ocidental, para 79; na França, para 86,2; na Holanda, para 93,9; no Japão, para 88,9; crescendo ainda muito mais lentamente no Canadá e na Espanha, em que alcançam 109,3 e 108,1, respectivamente.

Nos países semiperiféricos ou periféricos, observa-se também uma importante diminuição do crescimento do número de trabalhadores. Tomando-se 1990, como ano de índice igual a 100, no Brasil, ele se eleva de 24,6 em 1950 para depois cair a 82,2 em 1998; na China, se eleva de 13,8 (1952) para cair a 95,1 em 1999; na Coreia, se eleva de 12,4 em 1963 para cair a 81,6 em 1999; na Índia, se eleva de 51,7 em 1960 para manter uma trajetória mais lenta até 108,7 em 1998; em Taiwan, se eleva de 19,4 para manter-se em 100,1 em 1998; no México, o índice mantém uma trajetória acelerada se elevando de 27 para alcançar 120,5 em 1999, depois de claudicar até 1996. O caso mexicano reflete sua integração ao sistema produtivo estadunidense e a importância das *maquilladoras* para a redução dos custos de produção das mercadorias nos Estados Unidos.

<sup>102</sup> Segundo o *Science & Engineering Indicators* de 2002, apesar do aumento dos acordos estratégicos entre as firmas das potências financeiras da economia mundial, as empresas estadunidenses, líderes mundiais em gastos em P&D, realizavam apenas 11% desses investimentos fora dos Estados Unidos. Ver National Science Foundation, *Science & Engineering Indicators* (Washington, 2002), p. 4-92. Segundo o *World Investment Report* (2005) publicado pela UNCTAD, a internacionalização da P&D nas empresas avançou, mas permanece limitada, saltando de 10% para 16% do total dos investimentos entre 1993 e 2002. As empresas estadunidenses ficam abaixo da média em internacionalização, realizando apenas 13% dos seus gastos fora dos seus espaços nacionais. Ver UNCTAD, *World Investment Report*, 2005.

O capital em geral, como afirma Marx, não é uma realidade concreta; existe apenas por coincidir com a abstração que representa a média dos muitos capitais. Entretanto, a importância desse conceito não está nessa coincidência concreta, mas na abstração que situa as condições gerais de valorização do capital. Quanto mais o capital incorpora tecnologia e ciência à produção, maior será a sua necessidade de impulsionar a concorrência, em razão da crise da geração de mais-valia que o leva a buscar a sua apropriação.

## 2- A economia política da globalização

A globalização produz amplas mudanças na economia política do capital. Ela eleva as escalas de produção e cria uma divisão do trabalho tecnicamente integrada, que passa a operar no mercado internacional da economia-mundo. As tecnologias de informação viabilizam a integração global da gestão de uma empresa. A produção de suas unidades, espalhadas na economia-mundo, ao invés de se segmentar em produtos ou mercados específicos, pode se articular na geração de partes e componentes de uma mesma mercadoria, dirigida ao mercado mundial. Os custos de produção se elevam e a otimização dos investimentos passa a requerer das empresas o controle de fatias significativas do mercado mundial. A capacidade de processar e receber informações em tempo imediato confere grande flexibilidade ao sistema produtivo. Ela é impulsionada pela construção de novos regimes de regulação da força de trabalho, que conferem maior autonomia decisória e iniciativa aos trabalhadores, apropriando suas capacidades intelectuais.

A esse cenário articulado ao desenvolvimento das forças produtivas se integra o movimento pendular do ciclo sistêmico que, como vimos, durante a crise hegemônica, inverte suas tendências anteriores. A crise de hegemonia estadunidense transfere o movimento pendular para o cosmopolitismo e o imperialismo. Sob a égide do neoliberalismo que, como veremos, retoma de forma diferenciada os princípios da concorrência do liberalismo, o capitalismo busca organizar a nova divisão internacional do trabalho e suas bases produtivas na economia-mundo. Essa nova divisão do trabalho estabelece outras bases de relacionamento entre centro, semiperiferia e periferia.

Os países centrais buscam se especializar na produção de partes e componentes de alto valor agregado e em pesquisa e desenvolvimento para gerar os conhecimentos produtores de inovação tecnológica. Cria-se um movimento global, ainda inicial, de descentralização dos ativos materiais de produção dos países centrais, que afeta profundamente regiões da periferia. As grandes empresas passam a articular sua produção em escala mundial. Surgem as chamadas *empresas globais*, na denominação de François Chesnais (1996) ou os *Tecnobergs*, na conceituação de René

Dreifuss (1996 e 1999). Os países dependentes se articulam numa divisão internacional do trabalho em que dirigem cada vez mais sua produção para o mercado mundial. O trabalho superexplorado desses países se articula a níveis tecnológicos cada vez mais elevados, por meio do planejamento integrado das empresas globais. O resultado é a queda das taxas de lucro das burguesias estritamente nacionais, que respondem pela maior parte do emprego na economia-mundo, e sua progressiva destruição, desenhando um processo que se expressa por altas taxas de desemprego na economia mundial e pela extensão da superexploração aos países centrais<sup>103</sup>.

Esse é o panorama da organização produtiva do capitalismo em processo de globalização. Entretanto, se estabelecem profundas contradições para o seu desenvolvimento. A globalização cria uma situação de crise estrutural da economia política capitalista. Mas ela não deve ser confundida, queremos frisar, com um contexto de depressão permanente. A crise estrutural afeta os ciclos sistêmicos e os ciclos de Kondratiev, mas se integra com estes, sofrendo também suas oscila-

<sup>103</sup> Em seu artigo, "Procesos y tendencias de la globalización capitalista", que integra o tomo IV da coleção *La Teoría Social Latinoamericana* (México D.F., Unam, 1996) que dirige no México, Ruy Mauro Marini afirma que a globalização da economia mundial tem estendido a superexploração, uma forma de reprodução da força de trabalho típica dos países dependentes ao conjunto da economia mundial. No capítulo 6, veremos do ponto de vista teórico essa questão mais em detalhe.

Essas tendências são difíceis de serem verificadas empiricamente para o conjunto da economia mundial devido às limitações de indicadores precisos sobre os salários, que tendem a incorporar não apenas a remuneração dos trabalhadores, mas também dos dirigentes (OCDE, 2002). Entretanto, para os Estados Unidos, os indicadores do Bureau of Labour Statistics, reportados pelo *Economic Report of The President* são conceitualmente mais precisos e refletem os salários dos trabalhadores que não ocupam cargo de supervisão ou gerência. Eles permitem fundamentar amplamente, para esse país, nossa tese. Trata-se de um país cujo crescimento do PIB *per capita* foi superior ao dos doze maiores países europeus entre 1973 e 2001 e que por isso pode ser reivindicado como exemplar para comprovar a extensão da superexploração aos países centrais.

Nos Estados Unidos, a remuneração por hora de trabalho atinge o pico em 1972, em dólares equivalentes aos de 1982. Ela alcança US\$ 9,26. Desde então, esse índice cai e chega ao seu patamar mais baixo em 1993, quando atinge US\$ 7,78. A recuperação da economia é insuficiente para restabelecer os níveis salariais, e, em 2009, após quinze anos de crescimento, a remuneração por hora havia atingido US\$ 8,90, resultado este inferior ao alcançado em 1972. Se tomarmos em consideração a semana de trabalho, o resultado é ainda pior. O pico é atingido em 1972, com o salário semanal de US\$ 341,80. Desde então há uma queda significativa para o nível mais baixo, de US\$ 266,40, em 1992. O novo Kondratiev que se desenvolve na economia dos Estados Unidos elevou-o até US\$ 294,30 em 2009, resultado inferior ao de 1964. A superexploração se torna evidente, mesmo sem considerarmos indicadores como a elevação dos anos de escolaridade da força de trabalho e da intensidade de seu trabalho no período. Ver Council of Economic Advisers, *Economic Report of the President* (Washington, United States Government Printing Office, 2010).

Para a Europa e a OCDE, um indicador que sinaliza na mesma direção é o da parcela dos salários no produto, ainda que insuficiente, dada a abrangência da definição de salários. Entre 1980 e 1982, os salários correspondiam a 54,7% do PIB na área do euro e, em 2001, equivaliam a 48,7%. A queda é particularmente acentuada na França, onde cai de 52,9% para 42,4% no mesmo período (OCDE, 2002, p. 229).

ções<sup>104</sup>. As principais dimensões dessa crise são: a crise de produção de realização e de apropriação de mais-valia. Elas se condicionam reciprocamente, mas, por razões analíticas, as veremos por partes.

### 2.1- A crise de produção de mais-valia

Essa crise tem dois grandes fundamentos, que são a redução do trabalho produtivo e da expansão da taxa de mais-valia. A redução do trabalho produtivo se manifesta numa retração do número de trabalhadores dedicados à produção, que não encontra compensação no aumento de empregos destinados à produção de ciência, cultura e lazer, atividades inerentes à nova etapa de organização das forças produtivas e à constituição do indivíduo social imaginado por Marx. Isso se reflete nas altas taxas de desemprego na economia-mundo e subemprego (precarização do trabalho e sua concentração em setores de baixa produtividade), desde fins dos anos 1970, e na tímida taxa de elevação do emprego qualificado<sup>105</sup>. Mas a crise de produção de mais-valia se agrava ainda por outra lei descoberta por Marx, que o autor expõe nos *Grundrisse* e em *O capital*. Trata-se do fato de a taxa de mais-valia tender a apresentar um incremento cada vez mais modesto quanto menor a porção do trabalho pago na jornada de trabalho. O desenvolvimento do capitalismo cria, assim, os fundamentos de seu próprio desmoronamento. Ao ser a redução do valor da força de trabalho o fundamento da valorização do capital, quanto mais reduzida for sua porção na jornada de trabalho, menor será a taxa de incremento dessa valorização em proporção ao aumento da composição técnica. Isso se dá porque o aumento da produtividade incide sobre um denominador cada vez mais reduzido da fração que compõe a taxa de mais-valia. Se durante as fases iniciais do desenvolvimento do capitalismo essa lei favorecia a acumulação, em seu crepúsculo torna-se um forte

<sup>104</sup> Neste sentido, nos diferenciamos das interpretações de Robert Kurz em *O colapso da modernização* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992), para quem o capitalismo já teria atingido o declínio e a depressão pela ação irreversível da tendência decrescente da taxa de lucro. Kurz se baseia no fato de que o trabalho produtivo está em retração absoluta, provocando uma redução na produção de mais-valia, que se torna insuficiente para valorizar o capital. Essa afirmação tem o mérito de apontar para um dos elementos mais decisivos que ameaçam o capitalismo histórico, que é a redução do trabalho produtivo. Mas ela não integra as contratendências que o capital vem utilizando para compensar essa redução. Este vem generalizando a superexploração do trabalho e combinando-a com o aumento do valor da força de trabalho, expandindo a intervenção do Estado e integrando as áreas pertencentes ao antigo bloco soviético e Europa Oriental ao mercado mundial. Tais fatores permitem o desenvolvimento de um novo período ascensional na economia mundial, mas serão insuficientes para responder à difusão da automação na próxima década.

<sup>105</sup> Na OCDE, em 1998, o total de pesquisadores em relação ao conjunto da força de trabalho era de 0,6% e sua taxa anual de crescimento equivalia a 3,9% (OCDE, 1998 e 2001).

obstáculo à sua expansão<sup>106</sup>. Ela se torna ainda mais contraditória se tomarmos em consideração que o capital se move em busca da mais-valia extraordinária, que altera a repartição da massa global de mais-valia, sem aumentá-la, em favor do capital individual. A disputa do lucro extraordinário se torna extremamente acirrada nesta conjuntura e exige a implementação de uma nova arquitetura institucional. O capital individual busca enfrentar essa situação, elevando a massa de mais-valia agregada pela jornada de trabalho. Para isso, de um lado, aumenta a qualificação, a intensidade do trabalho e massa de trabalho coletivo, impulsionando novas formas de combinação social e de concentração monopólica que as assimile; de outro, resiste às pressões para reduzir a jornada de trabalho. Entretanto, essa alternativa é insuficiente e limitada.

Como vimos, o trabalhador que constitui a revolução científico-técnica deve se aproximar, pela lógica das forças produtivas, do indivíduo social. Isso significa que o aumento de sua produtividade e o custo de reproduzi-la deve incluir a participação numa parcela crescente da riqueza gerada. O valor da força de trabalho tende a incorporar, cada vez mais, o acesso a bens simbólicos, densos em imaterialidade e subjetividade, e se torna cada vez mais determinado pela dimensão histórico-moral. Num contexto de equilíbrio entre a oferta e a procura, essa situação levaria a uma progressiva redução da taxa de lucro. Para evitá-la, o capital restringe a procura de força de trabalho, generalizando a superexploração do trabalho no âmbito da economia mundial<sup>107</sup>. As formas de combinação social que impulsionam a qualificação e intensidade do trabalho possuem limites para se generalizar. Sua difusão tende a afetar negativamente a taxa de lucro. O toyotismo que Benjamin Coriât, em seu instigante livro *Pensar pelo avesso* (1991), imaginou ser a forma de regulação da força de trabalho que se difundiria em substituição ao fordismo, encontrou, em verdade, sérios limites para expandir-se com o mesmo êxito.

<sup>106</sup> Se tomarmos, hipoteticamente, as situações A e B como referência, podemos ilustrar essas tendências. Na situação A, a jornada de trabalho diária de dez horas se divide em duas horas de trabalho para produzir a mais-valia, oito horas de trabalho dedicadas à reprodução da força de trabalho e o aumento da composição técnica duplica a produtividade num determinado período de tempo x. Nesse período, a jornada de trabalho dedicada à mais-valia se triplica de duas para seis horas de trabalho, elevando-se em ritmo superior ao aumento da composição técnica do capital. Na situação B, ocorre o inverso. A jornada de trabalho de dez horas se divide entre oito horas dedicadas à mais-valia e duas horas dedicadas à reprodução da força de trabalho. Caso a produtividade se duplique, a porção da jornada de trabalho dedicada à mais-valia passaria a nove horas, se elevando em 12%, enquanto a composição técnica aumentaria em 100%, pressionando um incremento da composição orgânica do capital que tornaria insustentável a preservação da taxa de lucro.

<sup>107</sup> A generalização da superexploração do trabalho no âmbito da economia mundial capitalista é um importante elemento de crise do modo de produção capitalista que tem o eixo do seu desenvolvimento fundado na mais-valia relativa.

## 2.1.1 – A crise dos padrões de regulação da força de trabalho

Segundo Coriat, o toyotismo se baseia em determinados princípios, que são impulsionados por um conjunto de compromissos institucionais. Esses princípios são a produção *just-in-time* e autoativada. O *just-in-time* significa que a produção é determinada pela demanda e se expressa na ausência de estoques, na rapidez da entrega e na garantia da qualidade do que é solicitado. O fluxo de informações, ao invés de seguir o percurso do início ao fim da cadeia produtiva, como no planejamento fordista, faz-se pelo avesso. A autoativação representa a transferência das tarefas de controle de qualidade, programação, diagnóstico, reparo e manutenção do processo produtivo aos seus operadores diretos, sem o que não se poderia garantir a qualidade e o rápido ajuste da produção às variações qualitativas e quantitativas da demanda. Os trabalhadores diretos passam a ter grande autonomia decisória, o que lhes permite parar a linha de montagem e intervir sobre seu funcionamento para atingir as metas fixadas pelo *just-in-time*. Eles devem atuar não apenas como operadores de máquinas, mas ser capazes de melhorar produtos e processos por meio de inovações que adaptem as mercadorias às exigências da demanda, controlar sua qualidade, reduzir estoques e desperdícios, realizando, com a produção enxuta, uma plena economia de recursos (Coriat, 1991, e Womack, 1992).

O toyotismo aumenta a intensidade de trabalho e a massa de valor proporcionada por cada trabalhador. Consome não apenas os seus músculos, mas cada vez mais seu cérebro, criatividade e iniciativa. Para impulsionar esse consumo, é necessário formular as bases de uma nova organização do trabalho. Ela deverá constituir novos princípios de planejamento e gestão empresarial. No fordismo, o planejamento e a gestão eram marcados por hierarquias e se impunham como uma realidade *ex-ante* à execução. Mas os laços de comunicação entre a demanda e a produção, possibilitados pelas novas tecnologias, quebram as hierarquias entre o planejamento e a execução e impactam o conjunto do trabalho realizado na empresa. No toyotismo, o planejamento não é mais uma realidade *ex-ante* à execução, concebida e imaginada por burocratas, mas se conjuga na mesma dimensão temporal, redefinindo a noção e o perfil da gerência. Desenvolve-se um enfoque sistêmico. O parâmetro de produtividade deixa de ser o de cada trabalhador individual em seu posto para ser o do sistema em seu conjunto. A noção de tempos partilhados substitui a de tempos alocados e impostos ao trabalhador. O operário se desespecializa, assumindo tarefas cada vez mais subjetivas na realização de seu trabalho manual. A própria gestão produtiva da empresa é partilhada entre os vários segmentos de trabalhadores que fazem parte de seu universo.

Passa a ser fundamental mobilizar a subjetividade dos trabalhadores. Para isso, deve-se construir mecanismos de gestão democratizantes fundados no consenso,

pois quando a valorização passa a depender do dispêndio subjetivo de força de trabalho, o controle e a coerção física sobre os corpos, realizados pela gerência científica ou pela esteira transportadora, deixam de ser funcionais para garantir a valorização do capital. Um conjunto de compromissos entre capital e trabalho torna-se necessário para desenvolver esse paradigma de produtividade. Coriat observava, no início dos anos 1990, que, no Japão, âmbito mais avançado de implementação do regime toyotista, a sustentação dessa estrutura democrática baseava-se em inovações institucionais bem definidas: o emprego vitalício, o salário por antiguidade e a aposentadoria precoce.

O emprego vitalício é um elemento indispensável do toyotismo por três razões. Se o trabalhador torna-se um ativo diferenciado, em cuja formação a empresa investe em toda a duração de sua força de trabalho, faz necessária a sua retenção na empresa para que esta obtenha os resultados do investimento e não a concorrência. A segunda razão refere-se ao fato de que os trabalhadores dificilmente aceitarão integrar um movimento de gestão que intensamente introduz inovações e reduz postos de trabalho se não houver garantia de que estão participando não da eliminação de seus empregos, mas da redefinição de suas atividades de trabalho. Finalmente, a alta rotatividade no emprego torna-se cada vez mais improdutivo, pois se no fordismo a desqualificação e especialização do trabalhador permitiam que o trabalhador recém-contratado atingisse rapidamente o nível de produtividade daquele dispensado, no toyotismo essa substituição se faz com enormes prejuízos, já que o movimento de qualificação do trabalhador não tem limites.

O mecanismo de retenção do trabalhador na empresa não pode ser realizado pela coerção, mas pelo consentimento. O salário por antiguidade, ao gerar no trabalhador a expectativa de permanecer na mesma firma, será o instrumento adequado para isso. Se o trabalhador sai de uma empresa, é penalizado com uma significativa redução de salário, pois perde os anos de antiguidade ao ingressar em outra em que é recente. O emprego vitalício e o salário por antiguidade tornam-se a base dos *mercados internos de trabalho*, que permitem ao trabalhador inserir-se num horizonte de progressão funcional e permanente aquisição de qualificações e rendas. O salário por antiguidade tende assim a tornar-se o salário por idade, o que se harmoniza com a estrutura de qualificações, pois na base de sua aquisição está o tempo, que permite obtê-las na própria atividade de trabalho ou fora dela, mediante o ensino formal. Finalmente, a aposentadoria precoce (entre 55 e 60 anos) atua como um mecanismo que garante a ascensão funcional na organização, estimula a criatividade e evita a monopolização de postos de trabalho por pessoas.

Essa estrutura democratizante da gestão possui limites. Um deles é o de que ela não abarca o comando financeiro da empresa, que concentra suas decisões estratégicas. Coriat admite que as decisões sobre os investimentos que serão realizados,

a sua localização e os produtos a serem elaborados não são partilhadas. Por outro lado, mesmo no Japão, a extensão do toyotismo foi limitada. Alcançou, no início dos anos 1990, apenas 30% da força de trabalho. Em livro mais recente, *Japanese Capitalism in Crisis* (2000), organizado por Robert Boyer e Toshio Yamada, os regulacionistas de Paris<sup>108</sup> – entre eles, Coriat – admitem as limitações do toyotismo para se tornar o modo de gestão dominante na etapa atual do capitalismo. Apontam que a crise japonesa é a crise de um regime de regulação, e que sua solução não está em políticas anticíclicas de corte keynesiano, mas na construção de um novo regime que hibridize o toyotismo com outras formas de regulação do trabalho, orientadas pelo mercado<sup>109</sup>. Os regulacionistas propõem, portanto, uma terceira via entre o toyotismo, fundado em compromissos institucionais e sociais, e o neoliberalismo, pautado nas relações de mercado:

Quando o debate convencional é sobre a oposição entre uma trajetória japonesa específica e a adoção de instituições de mercado típicas, um terceiro caminho é muito mais provável e merece análise. (Boyer e Yamada, 2000, p. 207.)

Ao abordarem as razões da crise do toyotismo, os regulacionistas procuram preservar as relações salariais e trabalhistas, não lhe atribuindo sua origem. Eles assinalam que essas relações são postas em questão porque sobre elas se projeta a crise do modo de regulação, determinada pela deterioração do regime financeiro toyotista e do sistema de inovação japonês.

A evidência conduz à conclusão que a economia japonesa contemporânea se deferontou com a crise de regulação do segundo pós-guerra. A pressão sobre o WLN (*wage labour nexus*) não é a causa, mas a consequência da crise. (Boyer e Juillard, 2000, p. 137.)

A ênfase e a atenção centrais são postas sobre a crise do regime financeiro. Os regulacionistas, ao analisar o regime de produção toyotista, se dedicaram não apenas

<sup>108</sup> Os regulacionistas de Paris se organizaram em torno da liderança de Michael Aglietta, Robert Boyer e Benjamin Coriat. Outro grupo de regulacionistas reuniu-se, em Grenoble, em torno da liderança de Gerard de Bernis.

<sup>109</sup> Em suas conclusões, Boyer e Yamada afirmam: "Basicamente um modo de regulação entra em crise quando as formas institucionais existentes adiantam ajustamentos econômicos que ameaçam sua estabilidade e viabilidade. Esse é precisamente o processo pelo qual a economia japonesa tem passado desde o início dos anos 1990. O JWLN [Japanese Wage-Labour Nexus – C.E.M.] é incapaz de conduzir à recuperação da lucratividade das firmas e não parece capaz de fazê-lo no longo prazo para um grande número de firmas e assalariados. A discussão do "fim do emprego", a incompatibilidade da senioridade salarial com o lento crescimento da economia, ou a incapacidade das grandes corporações para proporcionar os talentos requeridos pelo paradigma da informação, apontam essas limitações". Robert Boyer e Toshio Yamada, *Japanese Capitalism in Crisis: a Regulationist Interpretation* (Londres, Routledge, 2000), p. 197-9.

à regulação do processo de trabalho, mas também aos fundamentos financeiros que lhe davam suporte. Empenharam-se em mostrar que o capitalismo japonês, que se apoiava sobre o pleno emprego, o desenvolvimento das qualificações e os mercados internos de trabalho, priorizava o planejamento e o longo prazo. Para que as relações de trabalho fossem institucionalizadas, foi necessário mudar radicalmente os critérios tradicionais de aplicação de recursos financeiros, orientados por práticas de mercado e pela competição por resultados imediatos. Desenvolveu-se um sistema de financiamento na sociedade japonesa no qual os bancos concederam empréstimos a taxas de juros artificialmente baixas em troca de participação acionária nas empresas beneficiárias, com o que auferiam parte dos lucros do investimento. Criou-se assim uma relação de confiança recíproca entre bancos e empresas. As empresas tinham autonomia para desenvolver seus projetos, mas os bancos monitoravam sua execução e os resultados. Em caso de fracasso, os bancos interviriam para salvar as firmas e implementar medidas saneadoras, visando restabelecer seu funcionamento normal. Os bancos privados, em última instância, contavam com o apoio governamental, que provia redes de segurança mediante uma legislação limitadora da competição, além de políticas monetárias expansivas, baixas taxas de juros ou pacotes de ajuda para controlar riscos.

Os regulacionistas indicam que o desmonte desse regime financeiro se deu a partir de fins dos anos 1970, aprofundando-se nas décadas de 1980 e 1990. Esse desmonte se explica por fatores internos e externos. Internamente, a diminuição do crescimento econômico, em meados dos anos 1970, elevou o déficit público e conduziu à emissão de bônus governamentais, criando um mercado secundário que diminuiu a intermediação financeira dos grandes bancos. Essa desintermediação foi desejada pelas firmas em razão dos custos elevados que os bancos cobravam por seu apoio financeiro aos projetos de longo prazo. Num contexto em que as perspectivas de crescimento de longo prazo diminuíam, as firmas passam a ver nesse apoio mais um custo que um instrumento de alavancagem. Externamente, atuou a pressão dos Estados Unidos para desregulamentar o mercado financeiro e a conta de capitais japonesa. Essa situação levou à apreciação do iene, à perda de competitividade japonesa e à redução das taxas de lucro (Naoky, 2000, p. 104-16; e Coriat, Geoffron e Rubinstein, 2000, p. 117-8).

A crise do sistema financeiro impulsiona a deterioração do sistema de inovação japonês, mais adequado ao movimento de *catching-up* que à sustentação da liderança tecnológica. Os regulacionistas parisienses reveem suas teses e enfatizam a obsolescência desse sistema de inovação, que era visto por alguns, principalmente Coriat, como paradigmático no início dos anos 1990. Eles apontam o precário investimento em pesquisa básica, o excessivo apoio dos gastos em P&D nas empresas privadas, a sua ênfase exagerada no desenvolvimento e diferenciação

dos produtos em detrimento da redução dos custos de produção, ou a insuficiente proteção das invenções e inovações tecnológicas por um sistema de patentes. No plano da relação trabalhista e salarial, menciona-se que o peso do emprego vitalício e da senioridade, em particular, estão sendo questionados em favor de critérios que privilegiem a performance e a individualização dos salários. Justifica-se esse questionamento em razão do aumento da idade média dos empregados e da necessidade de estímulos privados à criatividade do trabalhador (Coriat, Geoffron e Rubinstein, 2000, p. 175-91).

Embora apresente elementos de importância para a reflexão sobre a crise japonesa, a análise dos regulacionistas secundariza, sem maiores explicações, o nexo salarial e trabalhista do regime de regulação. Postulamos que uma avaliação mais atenta da crise japonesa deve situar como os seus determinantes fundamentais: as relações de trabalho e salariais (no plano nacional) e a crise de hegemonia dos Estados Unidos e a forma particular que assume em meados dos anos 1980 (no plano mundial).

Vimos que o desenvolvimento japonês durante os anos 1950 e 1960 é em parte a convite. Situado numa região estratégica da Guerra Fria, o Japão sofre uma ocupação progressista dos Estados Unidos, que impulsiona uma reforma agrária importante e estimula a formação de uma elite industrializante no país. Ela se organiza e barganha a aliança regional em troca da imposição de condições de desenvolvimento que foram muito além dos planos estadunidenses. O Japão protege sua indústria nacional da penetração do capital estrangeiro, mantém o iene subvalorizado para impulsionar uma economia exportadora e recebe divisas internacionais por conta da ocupação das tropas estadunidenses em seu território. A destruição da oposição sindical nos anos 1950, o contexto favorável ao desenvolvimento e a precariedade da situação material dos trabalhadores permite às suas classes dominantes alcançar altas taxas de lucro. O estabelecimento do toyotismo se dá nessas condições iniciais: o esforço interno e o apoio internacional para recuperação do poder relativo do Japão na economia-mundo se somam a uma situação inicial de demandas reduzidas de seus trabalhadores. Entretanto, esse contexto de acomodação e de baixos níveis de exigências salariais vai se dissolvendo à medida que se desenvolve e aperfeiçoa o toyotismo.

Os próprios indicadores proporcionados pelos regulacionistas permitem visualizar a relação entre a taxa de lucro e o crescimento relativo da massa de salários no produto<sup>110</sup>. Entre 1965 e 1969, a taxa de lucro alcança o topo, saltando de um índice de 16,9% para 25,3%. Durante esse período, o incremento da massa salarial atinge

<sup>110</sup> Hiroyasu Uemura, em "Growth, Distribution and Structural Change in the Post-War Japanese Economy", em Robert Boyer e Toshio Yamada (orgs.), *Japanese Capitalism in Crisis*, cit., p. 138-48, utiliza a seguinte definição da taxa de lucro: lucros líquidos divididos pelo estoque bruto de capital a preços correntes.

65% do alcançado pela produtividade do trabalho. Entre 1969 e 1973, se inicia a queda da taxa de lucro, que chega a 18,3%. A massa de salários ultrapassa o crescimento da produtividade e atinge 139% da expansão desta. Entre 1973 e 1975, a taxa de lucro cai significativamente para 11,8%. O crescimento relativo da massa de salários é o grande responsável, e alcança 575% do obtido pelo aumento de produtividade do trabalho. Entre 1975 e 1980, a taxa de lucro se eleva novamente, mas sem alcançar os níveis anteriores. A responsável por essa subida será a queda do crescimento da massa de salários, que alcançará apenas 59% do obtido pela produtividade do trabalho. A taxa de lucro atinge 14,4% e oscilará ligeiramente para baixo até fins dos anos 1980, mantendo a economia em ritmo de crescimento sustentado. Entre 1980 e 1985, a taxa de lucro cai para 12,9%, registrando uma reação da taxa de expansão da massa salarial que atinge 109% do obtido pela produtividade. Entre 1985 e 1988, a taxa de lucro ascende suavemente para 13,4%. Para isso contribui a menor expansão dos salários frente à produtividade ao atingir 84% do crescimento desta. Entre 1988 e 1994, outra queda pronunciada da taxa de lucro. Ela atinge apenas 8,3%, gerando a situação de crise na qual mergulhou a economia japonesa. Para isso é decisivo o diferencial de expansão salarial em relação à produtividade, que alcança 261% de seu desempenho (Uemura, 2000, p. 144).

Podemos afirmar que durante a expansão do regime toyotista, desde fins dos anos 1960, houve um crescimento da massa de salários em relação ao da produtividade, que impulsionou para baixo a taxa de lucro. Esse movimento por si só não seria suficiente para estabelecer a crise na economia japonesa e sua longa estagnação<sup>111</sup>, não fosse a sua articulação com a crise hegemônica nos anos 1980. O Japão não apenas foi beneficiário da regulação política do capitalismo na Ásia durante a Guerra Fria, mas, quando se inicia a etapa de financeirização da economia mundial, impulsionada pela sobrevalorização do dólar em 1979, a sofre dividendo significativos. Entre 1978 e 1985, o iene se desvaloriza em relação ao dólar, saltando de 210,4 para 238,4, com o pico, em 1982, de 249 por unidade da moeda estadunidense. Entretanto, o crescimento descontrolado dos déficits em conta corrente estadunidenses, sobretudo para o Japão, fez com que o governo Reagan pressionasse para a valorização do marco e do iene frente ao dólar, enquanto buscava suavizar a agressividade de sua estratégia de financeirização, pautada na elevação radical das taxas de juros e do valor do dólar. A hegemonia estadunidense, ao aprofundar sua crise, se desvinculou cada vez mais de sua capacidade política de organização sistêmica, mediante a qual articulava o seu interesse particular ao interesse geral da dominação burguesa na economia-mundo. Seu interesse particular cada vez

<sup>111</sup> Entre 1991 e 2002, o PIB *per capita* japonês cresce 0,6%. Entre 2003 e 2008 *readquire* certa capacidade de expansão, crescendo aproximadamente 2% (Maddison, 2010).

mais se impõe em detrimento dessa articulação, desgastando a sua legitimidade ideológica. O resultado para o Japão foi a mudança radical na política que os Estados Unidos lhe dirigia. A pressão era para liberalizar o comércio, a conta capital, para valorizar o iene, reduzindo os saldos comerciais com os Estados Unidos. Esse contexto produz uma inflexão no liberalismo político, que havia dirigido a Guerra Fria, em direção à competição econômica através do neoliberalismo. Os Estados Unidos tiram assim o seu convite ao desenvolvimento japonês e restante do Leste Asiático (Arrighi, 1997a; Wallerstein, 1997; e Jonhson, 1995).

O Japão passa a perder fortemente competitividade, e o notável esforço interno que realiza para reduzir os custos de produção desde meados dos anos 1980 é insuficiente para compensar seu ajuste ao funcionamento da economia-mundo. A valorização do câmbio ameaçava a penetração nos mercados internacionais e, para buscar manter sua parcela no comércio internacional, as empresas japonesas reduzem os preços dos seus produtos. O resultado é que o toyotismo, pressionado internamente pelas pressões salariais<sup>112</sup> e externamente pelo ajuste à economia-mundo, é profundamente abalado em sua capacidade de gerar crescimento econômico e sustentar a taxa de lucro. Sua difusão e projeção como paradigma organizacional na economia japonesa apenas foi possível pela regulação política da economia mundial gerada pela Guerra Fria. Não é coincidência que é justamente a partir de 1991, quando se dissolve a União Soviética, que a economia japonesa entra em crise profunda.

Se tomarmos como indicadores a taxa de câmbio, os preços relativos de exportação, os custos relativos de unidade de trabalho e a parcela no comércio mundial, podemos observar as pressões conjugadas do câmbio e dos salários sobre a taxa de lucro (OCDE, 2002, e FMI, 2002)<sup>113</sup>. Entre 1985 e 1990, o iene valoriza-se brutalmente em relação ao dólar, em razão das iniciativas estabelecidas no Acordo do Plaza. Ele aumenta de 238,4 unidades por dólar para 168,3 em 1985 e, posteriormente, para 145 em 1990. Entretanto, a liberalização financeira que se desenvolve no Japão, principalmente nos anos 1990, valoriza ainda mais o iene, que alcança o pico de 93,9, em 1995, para depois se desvalorizar e alcançar 121,5 em 2001, no contexto da depressão e forte elevação do desemprego que atinge o país a partir de 1998. Os preços de exportação são pressionados para cima, mas sobem bem menos que o câmbio. Entre 1985 e 1995, eles saltam de 71,8 para 100, se mantendo

<sup>112</sup> No período de 1980 a 1982, a parcela dos salários no setor de negócios no Japão era de 66,1. Ela cai para 60,2, entre 1990 e 1992, mas volta a se elevar para níveis superiores aos de 1980-1982, entre 1992 e 1995. Na OCDE, em seu conjunto, esses níveis eram bastante inferiores, chegando a 54,8 entre 1980 e 1982 e 51,5, entre 1990 e 1992 (OCDE, 2002).

<sup>113</sup> Uma interessante análise sobre a crise japonesa é realizada por Robert Brenner em *The Economics of Global Turbulence* (Londres, Verso, 1998).

com oscilações para alcançar em 100,5 em 2001. No mesmo período, os custos relativos da unidade de trabalho se elevam de 49,2 para 100. A partir daí, produz-se uma inflexão para a queda – que não se sustenta, todavia. O índice alcança 80,7 em 1997 e se eleva para 97,3 em 2001.

Desses indicadores o que apresenta maior variação é o câmbio, seguido de perto pelos custos da unidade de trabalho. O que apresenta menor variação são os preços de exportação. O esforço para limitar a variação dos preços, não permite manter a competitividade nas exportações. A queda dos lucros conduz à redução dos investimentos e à defasagem tecnológica. O resultado é que a parcela do Japão nas exportações mundiais cai de 10,5% para 6,5% no período de 1986 a 2001.

Nesse ponto de nossa análise, podemos estabelecer a seguinte conclusão: o toyotismo fracassou no Japão não por causa de sua debilidade para gerar progresso tecnológico e dirigir as novas etapas das forças produtivas, antes, o contrário. Foi obstaculizado em seu desenvolvimento porque seu ajuste à dinâmica do ciclo sistêmico e o maior poder de barganha que proporcionou às classes trabalhadoras reduziram drasticamente a taxa de lucro japonesa. Os fundamentos institucionais trazidos pelo toyotismo, tais como o emprego vitalício, os mercados internos de trabalho e a democratização das relações de trabalho, são um forte instrumento de progresso técnico. Mas o capitalismo não pode se relacionar sustentadamente com eles. Busca uma relação híbrida, adaptando-os a relações institucionais mais arcaicas como as de mercado e as fordistas. Nesse sentido, a proposição de hibridização feita pelos regulacionistas representa um importante retrocesso teórico em relação às suas descobertas dos anos 1980 e 1990. O toyotismo nem de longe desenvolve a mesma trajetória do fordismo. Foi obstaculizado e não desenvolveu plenamente suas possibilidades. O fordismo projetou-se desde os anos 1910, nos Estados Unidos, para adquirir forma madura nos anos 1930 e desenvolver-se na economia mundial entre os anos 1940 e 1960. Como regime de acumulação, tem uma trajetória de aproximadamente sessenta anos até se estabelecer sua inflexão. O toyotismo, que se inicia nos anos 1960, tem sua inflexão em fins dos anos 1980, apenas trinta anos depois.

A crise japonesa está ligada à crise de produção de mais-valia e ao dinamismo, que ganha a tendência decrescente da taxa de lucro durante a mundialização da revolução científico-técnica. A queda da produtividade japonesa está diretamente associada à redução das taxas de investimento<sup>114</sup>. Durante a década de 1980, a taxa de investimento no Japão esteve em torno dos 30% do PIB. A partir de 1991, ela cai de 32,4% para 28,1%, em 1994, chegando a 25,9%, em 2000. Isso vem ocorrendo porque o capital japonês, aproveitando as prerrogativas referentes às decisões de in-

<sup>114</sup> A produtividade no Japão se expandiu em 2,7% entre 1980 e 1990, muito acima da registrada nos Estados Unidos (1,4%) e na OCDE (1,8%). Entre 1991 e 2002 caiu para 0,9% (OCDE, 2010).

vestir que o toyotismo lhe ofereceu para proteger sua taxa de lucro, vem transferindo seus investimentos para países na Ásia onde a força de trabalho é mais barata. O resultado é a elevação do desemprego no Japão, que saltou de 2,1% a 5,4% entre 1990 e 2002, e a queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Entre 1990 e 2001, os trabalhadores de tempo parcial, que recebem 40% do salário dos trabalhadores de tempo completo, ampliaram sua participação de 15% a 22% no contingente total da força de trabalho empregada (OECD, 2006. *Economic Survey of Japan*). O aprofundamento da crise de hegemonia dos Estados Unidos na primeira década do século XXI, expresso sob a forma de desvalorização do dólar, a relativa estabilização do iene em relação à moeda estadunidense e os movimentos internos de contenção salarial explicam a modesta recuperação da taxa de lucro no Japão e o suave reaquecimento de sua economia a partir de 2003.

Como indicamos, a mundialização da revolução científico-técnica coloca outros problemas para a acumulação de capital, concernentes às crises de realização e apropriação de mais-valia. Trataremos disso a seguir.

## 2.2- A crise de realização de mais-valia

Outro fator importante que contribui para a crise do processo de acumulação capitalista é a tendência à superprodução provocada pelo avanço global dos monopólios. Para a mais-valia produzida transformar-se em acumulação de capital, é necessário o consumo das mercadorias que a incorporam. Como vimos, o capital busca em seu movimento a mais-valia extraordinária e o superlucro. A mais-valia extraordinária não representa, entretanto, um aumento da massa de mais-valia produzida, mas a alteração de sua repartição em favor dos monopólios a partir da introdução de uma inovação tecnológica que desvaloriza individualmente a mercadoria e mantém o seu valor social. Para transformar-se em superlucro, e ser efetivamente acumulada, a mais-valia extraordinária necessita realizar-se. Como assinala Ruy Mauro Marini (1979), a demanda para a sua realização advém da economia relativa de força de trabalho proporcionada pela inovação tecnológica, que se converte na formação de lucros ou rendas a serem gastos com bens de consumo suntuários e seus componentes<sup>115</sup>. Todavia, a alta composição orgânica e técnica do capital proporcionada pela mundialização da revolução científico-técnica restringe a parcela relativa do valor da força de trabalho a uma dimensão restrita da jornada de trabalho. O progresso técnico introduzido pela inovação tecnológica passa a apresentar, então, uma dupla contradição: de um

<sup>115</sup> No capítulo 6 abordaremos em detalhe esse tema.

lado, produz uma economia de valor cada vez mais insuficiente para atender às demandas de superlucro; de outro lado, passa a ameaçar a massa global de mais-valia em função do seu impacto sobre a redução do trabalho produtivo. A crise de transformação da mais-valia extraordinária em superlucros, principal motor de expansão do capitalismo histórico, por insuficiência de demanda exige mecanismos de compensação. Um deles é a intervenção política do Estado para transferir os valores em função dos limites estruturais que apresenta a dinâmica do capital produtivo. A atual fase expansiva do Kondratiev, embora regulada pela taxa de lucro, não pode prescindir de um vínculo auxiliar com a formação do capital fictício que lhe proporcione superlucro. Entretanto, diferentemente da fase recessiva anterior, na qual predominava a finaceirização, a formação do capital fictício se faz em função da articulação ao setor produtivo, priorizando a taxa de lucro sobre a taxa de juros e requisitando em última instância a mediação estatal como garantia de valorização dos investimentos relacionados a ativos produtivos. O outro é a expansão da circulação internacional de mercadorias e capitais em busca de novas fontes de demanda e realização, mas esse processo implica importantes contradições.

No capitalismo, a lógica pura da acumulação aponta para a concentração crescente do consumo nos capitalistas individuais e nas empresas privadas, ainda que o Estado e os trabalhadores possam responder por uma parte importante do mercado. Essa tendência cria problemas à realização da mais-valia, pois gera restrições quantitativas ao intercâmbio, ameaçando a economia capitalista com o perigo da superprodução. Para esse perigo ser afastado é necessário que o volume de trocas aumente para as unidades empresariais e os capitalistas individuais e compense a existência dessas restrições.

Esta contradição, que ameaça a realização da mais-valia, tende a se tornar explosiva durante o desenvolvimento do Kondratiev emergente. Como assinala o *Background Report Concluding The Technology Economy Programme* (1991), estudo clássico da OCDE sobre a influência do paradigma microeletrônico nos padrões de reprodução capitalista, as tecnologias de informação transformam os oligopólios em estruturas globalizantes, que dominam não apenas os mercados nacionais, mas também os internacionais. Esse processo supõe uma luta entre os oligopólios que ocorre mediante a capacidade recíproca de penetração nos distintos mercados nacionais. Isso impulsiona o capitalismo para uma situação em que os processos de destruição de capitais atingem parte importante dos próprios monopólios. A nova fase ascensional do Kondratiev está marcada por uma forte competição e destruição de capitais. Consequentemente, no seu curso, tende a diminuir fortemente a capacidade de as trocas entre os monopólios compensarem as restrições quantitativas do intercâmbio.

O capitalismo tem, historicamente, aumentado significativamente os gastos estatais para responder às crises de realização, de produção e de apropriação de mais-valia. Mas essa alternativa possui limites sociais, políticos, econômicos e ideológicos. Sua reprodução, cada vez mais dependente da atuação da política sobre a economia, debilita a assimetria estrutural que o capital criou entre elas. A mercadorria, célula elementar do capital, pressupõe a segmentação jurídico-política dos agentes do mercado e sua competição. O desenvolvimento indefinido da esfera pública na economia-mundo constitui um elemento de importante fragilização da superestrutura política do capitalismo. A expansão da esfera pública e sua privatização crescente é uma decisiva contradição que atravessa o sistema interestatal, impulsionada pelas crises mencionadas e debilita a legitimidade da acumulação de capital.

### 2.3- A crise de apropriação de mais-valia

O capitalismo desenvolveu-se como modo de produção à medida que as inovações introduzidas pelos capitais particulares ofereciam rendimentos econômicos que eram apropriados majoritariamente pelos capitais inovadores. A apropriação privada dos rendimentos econômicos predominava sobre sua difusão, e a inovação tecnológica funcionava como propulsora da fórmula D-M'-D', que sintetiza o processo de acumulação e concentração de capitais. No entanto, a revolução científico-técnica, ao transformar o conteúdo dos bens econômicos, tornando-os cada vez mais fundamentados em componentes subjetivos e imateriais, inverte esse cenário e estabelece a difusão como um resultado econômico da inovação mais importante do que a apropriação privada<sup>116</sup>.

Marx, em *O capital*, já havia mencionado que a contribuição da ciência à sociedade se assemelhava à da natureza. Pois ambas eram capazes de oferecer gratuitamente bens aos homens. A natureza, por expandir-se independentemente do trabalho humano. A ciência, por sua capacidade de economizá-lo e por sua perenidade, que a situa em uma dimensão superior a do trabalho coletivo: a do trabalho universal. Por essa categoria, Marx menciona a capacidade de acumulação fornecida pela ciência, presente em sua capacidade simbólica de organizar a produção da vida humana. O trabalho universal se acumula através das gerações e permite aos indivíduos concretos se utilizarem dele, mesmo que não tenham contribuído, por meio da divisão do trabalho existente, para produzir seus resultados.

<sup>116</sup> Para medir a importância dessa realidade, a OCDE desenvolveu o conceito de retornos sociais da inovação, ainda que não tenha retirado dele todas as suas implicações teórico-metodológicas e prospectivas. Ver OCDE, *Background Report Concluding the Technology Economic Programme* (TEP) (Paris, 1991).

A gratuidade da ciência se expressa contemporaneamente pela prevalência da difusão sobre sua apropriação privada. Uma parte importante das pesquisas sobre economia da tecnologia está dedicada a essa questão. Para medir a importância da difusão na economia contemporânea criou-se o conceito de retornos sociais da inovação. Esse conceito foi desenvolvido de forma pioneira nas obras de Zvi Griliches e Edwin Mansfield, nos anos 1960 e 1970 e, nos anos 1980 e 1990, ganhou forte projeção. A OCDE (1991) lhe dedicou um capítulo de seu estudo paradigmático sobre tecnologia e recentemente organizou a bibliografia selecionada sobre o tema (OCDE, 1998). Os retornos sociais designam a redução de preços de uma inovação que beneficia o consumidor em detrimento do lucro do inovador. Na base dessa redução de preços está a capacidade de apropriação pela concorrência dos conhecimentos tecnológicos para produzi-la. Uma economia fundada na difusão significa um ambiente econômico em que o inovador sofre uma queda radical de sua taxa de lucro em proveito da concorrência e nos consumidores.

Os *surveys* sobre a bibliografia existente afirmam que os retornos sociais são ainda superiores aos que se afirmavam nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (Griliches, 1992, e Nações Unidas, 1999). Eles se concentram nos setores de alta tecnologia, fortemente intensivos em P&D e progresso técnico, exprimindo-se de forma mais nítida na indústria eletrônica.

A centralidade da difusão é uma das características mais decisivas da economia política do capitalismo atual, mas para o competidor aproveitá-la é preciso que desenvolva uma estratégia de aproximação da fronteira tecnológica, o que é estimulado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, a tendência à difusão deve ser entendida dialeticamente. Para compensá-la, pois contraria a lógica da acumulação capitalista, o capital engendra respostas. Uma resposta está no desenvolvimento pelas empresas do núcleo orgânico da economia-mundo de alianças estratégicas com as quais expandem as bases sociais do trabalho na empresa, incorporando externalidades à sua estrutura competitiva para manter a capacidade de expansão monopólica<sup>117</sup>. Custos e conhecimentos são partilhados, e a competição é reduzida no âmbito da parceria, elevando as barreiras de entrada para os outros concorrentes. A gestão em rede, como tem sido denominada na literatura, tem significado uma descentralização seletiva dos saberes intraempresariais e um estabelecimento circunscrito de alianças, como forma de subir degraus na luta competitiva em direção ao monopólio dos mercados. Essas parce-

<sup>117</sup> As parcerias estratégicas que incluem o desenvolvimento, a produção, a distribuição e o marketing das novas tecnologias, concentraram-se, durante 1995, em 87% nos países centrais e envolveram principalmente os Estados Unidos, o Japão e a União Europeia (UNCTAD, 1997).

rias, quando não significam fusão e aquisição, não borram as diferenças entre as empresas e restringem-se à atividades específicas (OCDE, 1991). Outra resposta está no aumento da intervenção do Estado para financiar as atividades de P&D.

No entanto, esses arranjos tendem à exaustão à medida que: a) com o desenvolvimento das trajetórias microeletrônicas e a reconversão tecnológica da economia mundial, ampliem-se a intensidade e o escopo dos retornos sociais da inovação; e b) os países semiperiféricos e periféricos desenvolvam políticas de *catching-up*, investindo no aumento do valor e da produtividade de sua força de trabalho e na capacitação científica e tecnológica interna para a apropriarem-se da difusão internacional dos conhecimentos inerentes ao desenvolvimento da revolução científico-técnica.

Além de constituir monopólios tecnológicos, a concentração de capital para se desenvolver necessita também apropriar-se da parte do valor produzido nos segmentos de composição técnica inferior, mediante a apropriação de mais-valia. A acumulação de capital é desenvolvida a partir da expansão dos setores produtivos mais dinâmicos, que expandem suas composições técnica e orgânica em relação à média do conjunto da economia. Essa expansão setorial, se contasse apenas com sua capacidade interna de produzir mais-valia, enfrentaria problemas de superacumulação que baixariam a taxa de lucro. Como vimos, a elevação da composição técnica do capital nos setores difusores de progresso técnico implica aumento do valor do capital fixo, do capital circulante e redução da força de trabalho empregada. A solução para essa contradição está na formação dos preços de produção, que permitem ao capital dos segmentos de maior composição orgânica e maior dinamismo migrar para os segmentos de menor composição técnica e maior taxa de lucro, desobstruindo os entraves à sua valorização.

Com a migração, os capitais de composição superior descentralizam parte de seus ativos tecnológicos para os segmentos de composição inferior, estabelecem ou desenvolvem a divisão internacional do trabalho e comparam valores interseccionalmente. Para os segmentos de composição superior o resultado é um barateamento de seus custos de produção e uma elevação de suas taxas de lucro, pois a descentralização tecnológica desvaloriza e deprecia os produtos dos setores de composição inferior, dirigindo-os para os primeiros. Os elementos que compõem o seu capital constante e variável podem assim ser barateados. Inversamente, os setores de composição inferior têm seus custos de produção elevados e suas mercadorias desvalorizadas e depreciadas, sofrendo uma perda de mais-valia para os segmentos que impulsionaram a formação dos preços de produção. A integração de mercados proporcionada pelos preços de produção permite ainda ampliar a incorporação de força de trabalho por parte do capital de composição superior.

O resultado é uma apropriação pelo capital de composição superior de parte da mais-valia gerada pelo capital de composição inferior<sup>118</sup>.

Esse movimento não poderia ir adiante se os capitais desses setores produtivos periféricos e dependentes não recorressem à superexploração do trabalho para sustentar suas taxas de lucro, reduzindo os preços da força de trabalho abaixo de seu valor, para compensar a tendência depressiva que se estabelece sobre sua taxa de lucro (Marini, 1973, 1978, 1992a, 1992b e 1996, e Martins, 1996 e 1999). A superexploração joga um papel decisivo para sustentar a ampliação da migração de capitais e o nivelamento das taxas de lucro.

O paradigma microeletrônico, baseado em escalas globais e em uma alta capacidade de articulação e aplicação a processos produtivos, permite ao capital desenvolver amplamente esse processo, pois lhe fornece o fundamento material para nivelar, de fato, as composições orgânica e técnica entre os ramos produtivos durante a fase ascensional do próximo Kondratiev, uma vez que, como vimos, a gestão da produção pode se tornar tecnicamente integrada. No entanto, essa tendência de pleno desenvolvimento dos preços de produção, inerente à acumulação do capital, é contraditada pela superexploração em razão dos seus limites para igualar as taxas de lucro, uma vez que o nivelamento das composições técnicas e orgânicas atinja certa proporção.

Como Marx assinala em *O capital*, à medida que as composições orgânicas e técnicas dos capitais se aproximam, é necessário que as taxas de mais-valia sejam progressivamente equivalentes nos distintos setores para que as taxas de lucro se nivelem. A superexploração, ao elevar as taxas de mais-valia por meio da redução dos preços da força de trabalho para baixo de seu valor, não pode concorrer com a inovação tecnológica na capacidade de geração de mais-valia e deixa de dar suporte ao nivelamento das composições dos capitais.

O fato de, com a globalização, a superexploração se estender para o conjunto da economia mundial, não impede o desenvolvimento da contradição assinalada. A tendência à equalização do regime de reprodução da força de trabalho, bem como ao nivelamento técnico da produção, jamais se realizará plenamente no capitalismo. Como vimos, o moderno sistema mundial se baseia numa divisão internacional do trabalho que cria três zonas na economia mundial: o centro, a semiperiferia e a periferia. Essa partição é fundamental para garantir as condições econômicas, sociais,

<sup>118</sup> Henrik Grossmann tratou amplamente esse tema, afirmando que a exportação de capital por parte dos países imperialistas se explicava, sobretudo, por ser um instrumento de compensação à tendência decrescente da taxa de lucro. Todavia, não encontramos elementos para afirmar, como fazem alguns, que já se encontra formulada nesse autor a teoria da superexploração do trabalho, embora ele tenha antecedido muitos de seus antecedentes teóricos.

políticas e ideológicas que viabilizam a apropriação de mais-valia, permitindo o desenvolvimento do capitalismo nas regiões de liderança tecnológica. Mesmo com a extensão da superexploração aos países centrais, que estabelece um único regime de reprodução da força de trabalho em escala mundial, permanecem funções diferenciadas a serem executadas por países dependentes e centrais na economia-mundo.

No centro, o movimento de superexploração incide sobre uma estrutura material e simbólica que busca garantir uma posição competitiva e protagônica na economia mundial. A tendência a reduzir os preços abaixo do valor da força de trabalho, que caracteriza a superexploração, se conjuga com o movimento para a qualificação daquela que, entretanto, é contida em sua plena potencialidade. Na periferia, o aumento da concorrência internacional impulsiona suas burguesias a ampliar os níveis de qualificação de sua força de trabalho. Os patamares extremamente baixos de que partem favorecem a expansão inicial das qualificações, mas o lugar subordinado que essas burguesias ocupam na divisão internacional do trabalho e sua relação limitada com a inovação tecnológica estabelecem restrições muito profundas para o alcance desse movimento de qualificação. Os limites e as repercussões para a produtividade se evidenciam com a imposição dos atuais regimes de acumulação, que consomem os componentes subjetivos da força de trabalho e conferem ao trabalhador o papel de inovador, controlador da qualidade e redutor de desperdícios.

Por essas razões, a superexploração do trabalho nos países dependentes não é capaz de sustentar o movimento de plena expansão dos preços de produção e de nivelamento tecnológico da produção que a revolução científico-técnica viabiliza. A tentativa de superar sua insuficiência produtiva aprofundando-a não resolve o impasse estrutural. Ela tende a imprimir à superexploração, para além dos movimentos cíclicos expansivos – quando os preços se desviam acima do valor –, suas características mais agudas, vinculadas à redução salarial, alcançando magros resultados com um elevadíssimo custo social e político. O capitalismo histórico encontra numa das dimensões de sua economia-mundo limites importantes para o desenvolvimento das forças produtivas.

#### 2.4- Balanço da economia política da globalização

Vimos que a globalização provoca uma crise do desenvolvimento das tendências seculares do capitalismo histórico. A acumulação ilimitada encontra fortes contradições para se desenvolver, uma vez que passa a se apropriar das forças produtivas científico-técnicas. Ela é uma importante dimensão da crise das estruturas do capitalismo histórico e corresponde à crise de sua base material. Mas para que a questão do desmoronamento e da superação do capitalismo histórico esteja colocada no horizonte possível das lutas sociais é necessário que outras crises se de-

envolvam: a crise da superestrutura política, jurídica e ideológica do moderno sistema mundial, que é parte das estruturas do capitalismo, e a crise da conjuntura. Elas permitirão que os homens se libertem das prisões da *longa duração*, a que se refere Braudel, e articulem a esfera dos acontecimentos para o novo. Entretanto, como afirma Immanuel Wallerstein, a certeza que podemos ter sobre o futuro é a de que nos próximos cinquenta anos não viveremos mais sob o capitalismo histórico. Cabe aos movimentos sociais e populares lutar por uma alternativa que permita a vida em condições muito mais gratificantes que a que temos tido.

A crise das tendências seculares do capitalismo histórico impulsiona a crise do moderno sistema mundial, tornando-a não reversível. Impacta também fortemente o Kondratiev. A fase ascensional desse ciclo sofrerá o movimento descendente das crises das tendências seculares do capital e do ciclo hegemônico. Ela deverá ser mais curta que a que se desenvolveu entre 1938 e 1973, durante a fase ascensional da hegemonia estadunidense e de crescimento menos intenso, se lhe excluirmos o caos sistêmico<sup>119</sup>. Se buscarmos analogia, devemos compará-lo com a fase ascensional do Kondratiev que se desenvolveu durante o período de crise da hegemonia britânica. Ela durou aproximadamente dezoito anos e teve uma taxa de crescimento pouco expressiva. Entretanto, deve-se frisar a limitação dessa analogia. O novo Kondratiev se desenvolve durante uma fase de crise das tendências seculares e não de sua expansão. Durante a hegemonia britânica, o sistema mundial se projetou sobre o globo, transformando a economia-mundo numa economia mundial. O liberalismo projetou as forças dissolventes da concorrência para as fronteiras do sistema mundial. A Ásia, em particular a Índia e a China, submetida ao imperialismo de livre-comércio foi a região que mais sofreu os efeitos da concorrência, tendo suas manufaturas destruídas e seus artesanatos submetidos à competição industrial britânica e europeia.

Na etapa em que vivemos, as forças do neoliberalismo projetam a ação dissolvente da concorrência para o interior do moderno sistema mundial. O resultado é que os movimentos de inovação tecnológica e acumulação de capital se fazem acompanhar pelo de destruição de capital e do emprego, tornando as taxas de crescimento da economia mundial medíocres para a fase ascensional de um Kondratiev, se tomamos em consideração a sofisticação da base tecnológica contemporânea. As forças antissistêmicas que se acumulam e lançam uma ofensiva política contra essa direção ideológica da economia-mundo são ainda pálidas. A nova terceira via, que procura conciliar os compromissos sociais do *welfare* com a competição oriunda da agressividade capitalista, tem redundado em descontinuidade

<sup>119</sup> No período dourado do pós-guerra, quando a hegemonia estadunidense se estabiliza, alcança o crescimento *per capita* de 2,9% a.a. entre 1950 e 1973.

e fracasso para alterar as diretrizes da economia mundial<sup>120</sup>. O recrudescimento do nacionalismo popular e do integracionismo na América Latina constituem possibilidade contra-hegemônica mais importante e significativa. A fase de maturidade do Kondratiev, que se estabelece na segunda metade da década vigente, deverá lançar uma ofensiva mais contundente à hegemonia do neoliberalismo estimulada pela gravidade da crise das tendências seculares do capitalismo.

Esta, como vimos, apresenta como características centrais as crises da produção, apropriação e realização de mais-valia. A crise da produção de mais-valia se manifesta principalmente no declínio do trabalho produtivo e nas limitações para expandir a taxa de mais-valia por meio da elevação da composição técnica do capital. Ela significa uma crise das relações de trabalho capitalistas que coloca em questão suas relações de produção. O capital não consegue desenvolver um novo regime de regulação da força de trabalho e é obrigado a limitar o desenvolvimento de experiências mais avançadas, como toyotismo, que haviam acelerado as taxas de inovação tecnológica em nome da preservação de suas taxas de lucro. Ele busca se apropriar da massa de mais-valia, que tem dificuldades de produzir, por desvios de preços em relação ao valor. Mas a alta composição técnica do capital limita a formação da demanda por economia de força de trabalho, que possibilita a conversão da mais-valia extraordinária em superlucros, e exige mecanismos de compensação para possibilitá-los. Esses desvios de preços são impulsionados pelo controle político do Estado e pela intensificação da concorrência internacional, que se somam ao progresso técnico para transferir aos monopólios globais grande parte da massa de mais-valia gerada nos setores de composição orgânica do capital inferior à média<sup>121</sup>. A concorrência internacional se vincula não só ao comércio mundial, mas, sobretudo, ao desenvolvimento dos preços de produção que tendem a nivelar tecni-

<sup>120</sup> James Petras assinala três ondas de terceira via: a primeira, constituída pelo enfoque social-reformista que se estende de fins do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial; a segunda, vinculada ao capitalismo de "bem-estar que surge no pós-guerra; e a terceira, que presenciamos e se inicia em meados dos anos 1990". James Petras, *Globaloney: el lenguaje imperial, los intelectuales y la izquierda* (Buenos Aires, Antídoto, 2000).

<sup>121</sup> Como Marx afirma, em *O capital*, todo trabalho é simultaneamente trabalho abstrato e trabalho concreto. Abstrato no sentido de que todo trabalho concreto depende força humana de trabalho em geral, isto é, em sentido fisiológico, consumindo cérebro, músculos, nervos, mãos etc. Concreto no sentido de que todo dispêndio de força humana de trabalho assume uma forma específica, ligada à produção de valores de uso particulares e a processos de trabalho determinados. Para se estabelecer o valor das mercadorias deve-se buscar o que há de comum entre elas que permite compará-la às demais. Enquanto valores de uso, as mercadorias são por definição incomparáveis entre si, em razão de suas qualidades distintas. O que permite compará-las em termos de valor é o que possuem em comum: a quantidade de trabalho abstrato. O valor de uma mercadoria será determinado pela quantidade de trabalho simples que possui: isto é, pela quantidade de força de trabalho de destreza e intensidade média, que é determinada numa sociedade segundo seu grau civilizacional. Para Marx,

camente a produção e permitem aos monopólios internacionais planejar de forma integrada suas atividades globais. Entretanto, a superexploração, que é impulsionada por essa nova divisão internacional do trabalho, não é capaz de sustentar o nivelamento das taxas de lucro entre países centrais e dependentes e limita a globalização, conduzindo a fortes desequilíbrios macroeconômicos nos países periféricos. O amplo processo de destruição de capitais, articulado ao desenvolvimento da competição monopólica numa economia-mundo que alcançou os seus limites geopolíticos, representa um grande obstáculo à realização da mais-valia, alimentado pelos processos de liquidação das burguesias de base estritamente nacional e pelo alto desemprego estrutural. O resultado é o baixo índice de crescimento econômico produzido pelo capitalismo histórico em sua etapa globalizada.

Não se trata do fato de que o capitalismo teria entrado numa etapa depressiva permanente, liderada pelo capital financeiro, tornando-se cada vez mais descolado da produção, como propõem os neodesenvolvimentistas por meio das obras de François Chesnais, Samir Amin, Maria da Conceição Tavares, José Luis Fiori, Luís Gonzaga Belluzzo e Pierre Salama. Essa percepção não encontra base na teoria do valor, da qual pretendem partir para afirmar um suposto movimento puro do capital para D-D', nem na realidade histórica, como veremos em mais detalhe no próximo capítulo. Deve-se entender essa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo por meio da longa duração: isto é, articulando os tempos estruturais e conjunturais – e os instrumentos analíticos para compreendê-los – à interpretação da realidade contemporânea. Esse é o desafio que se coloca ao pensamento dialético.

A crise de apropriação de mais-valia se manifesta ainda pela confrontação das estratégias do capital com as características inerentemente socializantes das novas

portanto, o plano de criação do valor é o do dispêndio da força de trabalho abstrato. Ele não inclui o da produtividade que se situa no âmbito das condições concretas de trabalho. Entretanto, a concorrência estabelece profundos desvios dos preços dos produtos em relação ao seu valor. Para que a força de trabalho simples represente, de fato, a força de trabalho média, é preciso que atue em condições sociais médias, se utilizando das condições tecnológicas normais. Apenas nessas condições representará trabalho socialmente necessário. A força de trabalho simples que atue em condições tecnológicas inferiores à média, ao ser confrontada no mercado com a tecnologia superior, não equivalerá à força de trabalho média. Marx menciona uma série de categorias da teoria do valor que se referem e conceituam essas realidades de desvio: o valor de mercado, quando o diferencial tecnológico entre uma empresa e a média do seu setor produtivo lhe determina um preço por mercadoria que é superior ou inferior à quantidade de trabalho socialmente necessária incorporada; o preço de produção, que nivela as taxas de lucro entre os setores produtivos em função da migração dos capitais em busca de maior lucratividade e deprecia o valor das mercadorias dos ramos de menor composição técnica do capital e mais intensidade em trabalho; e a mais-valia extraordinária, que pode atuar no mesmo ramo produtivo ou entre eles e designa redução do valor em relação ao preço dos produtos de uma empresa ou setor em detrimento dos demais, que, em consequência, realizam o movimento inverso de redução dos preços em relação ao valor, já que não há aumento da massa global de mais-valia.

forças produtivas, o que se expressa pela alta difusão de conhecimentos científicos, incorporados ou desincorporados das novas tecnologias. Frente a essa realidade, como vimos, o capital apresenta como resposta o desenvolvimento de alianças estratégicas que contemplam, principalmente, as grandes empresas produtivas e financeiras. Estas buscam estabelecer parcerias para impulsionar sua capacidade competitiva, excluir concorrentes, e manter o monopólio sobre conhecimentos estratégicos. O recurso ao Estado para financiar suas atividades de P&D e protegê-las por meio de mecanismos exteriores aos mercados autorregulados, como as leis de patentes, é amplamente utilizado. Mas essas respostas são limitadas. A potencialidade de difusão dos conhecimentos aumenta com o desenvolvimento das novas forças produtivas e o capitalismo histórico, em globalização, apresenta uma economia mundial com magras taxas de crescimento econômico, como mostraremos no capítulo sobre a crise da hegemonia estadunidense. Elas vulnerabilizam o capitalismo histórico e não podem impedir as políticas de *catching-up* dos países da periferia e semiperiferia.

A emergência da China e os seus impactos sobre o funcionamento da economia mundial apontam para a presença de uma realidade complexa, na qual elementos pós-capitalistas se conjugam e se hibridizam com a expansão e decadência da economia mundial capitalista. O modelo chinês de acumulação sem desapropriação tem vinculado a inovação tecnológica à expansão dos bens de consumo básicos e ampliação do consumo de massa da sociedade chinesa, impactando favoravelmente a estrutura mundial de preços dos produtos primários, ao impulsionar sua demanda, e negativamente a dos produtos manufaturados, ao expandir sua oferta e a competição. Tal contexto cria uma conjuntura contraditória, abrindo janela de oportunidades e riscos: de um lado, favorece ao balanço de pagamentos dos países periféricos, contém provisoriamente seus desequilíbrios financeiros e o descenso no sistema mundial; de outro, contribui para a reprimarização de suas pautas exportadoras e a deterioração da inserção internacional no médio e longo prazo, uma vez que o perfil da demanda da população chinesa se modifique.

O moderno sistema mundial atravessa uma crise profunda e se sustenta, sobretudo, na força ideológica do neoliberalismo, em processo de acelerado desgaste, para manter articulada a economia-mundo sob sua direção. As prisões da longa duração se tornam materialmente vulneráveis e são cada vez mais simbólicas. Os caminhos estão abertos para os países continentais da periferia e semiperiferia impulsionarem um movimento de reestruturação da divisão internacional do trabalho sob novas bases. Se antes os segmentos mais conservadores da teoria da dependência, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, afirmavam que a dependência às forças hegemônicas do moderno sistema mundial era condição para o desenvolvimento, hoje é cada vez mais claro que a relação se inverte. A ruptura

com as relações de dependência é condição não apenas para o desenvolvimento dos países periféricos, mas um elemento estrutural da reorganização do sistema mundial e de recuperação do desenvolvimento da economia mundial.

Na próxima seção, analisaremos a crise do moderno sistema mundial e os caminhos que se colocam para os movimentos antissistêmicos.

### 3- A crise do moderno sistema mundial

#### 3.1- O neoliberalismo: a ideologia da crise do sistema mundial

Como vimos mencionando, durante a crise da hegemonia estadunidense o ciclo sistêmico apresenta um movimento pendular em direção ao cosmopolitismo-imperialismo. Esse movimento se apoia no neoliberalismo, que vem sendo sua forma ideológica dominante. O neoliberalismo representa uma forma de regulação da economia-mundo que prioriza as economias externas em relação às economias internas. Ele é de fundamental importância para a reprodução ampliada de um capitalismo histórico que entra numa fase de dificuldades crescentes em sua capacidade de produzir mais-valia. A apropriação de mais-valia torna-se um componente central da acumulação de capital. Para isso, é necessário impulsionar a tendência à mundialização da lei do valor, destravando os obstáculos à ampla circulação mundial de capitais e mercadorias<sup>122</sup>. Os mercados nacionais e internacionais são crescentemente integrados. A elevação do comércio e fluxos internacionais de capital sobre o produto mundial é expressão disso<sup>123</sup>. Mas Marx nunca postulou que

<sup>122</sup> Marx menciona, em *O capital*, livro 3, as condições necessárias para a generalização da lei do valor. Ele as vincula à universalização da forma mercadoria e, como tal, da competição e decorrente equalização das taxas de lucro: "O nivelamento contínuo das disparidades incessantes [entre as distintas taxas de lucro - C.E.M.] é tanto mais rápido: 1) quanto mais móvel for o capital, isto é, quanto mais fácil se transferir de um ramo ou de um local para o outro, e 2) quanto mais rápida se puder fazer, de um ramo ou de um local para o outro, a transferência da força de trabalho.

O item 1 pressupõe a completa liberdade de comércio no interior da sociedade e eliminação de todos os monopólios exceto os naturais, isto é, oriundos do próprio modo capitalista de produção. E mais, supõe o desenvolvimento do sistema de crédito, que concentra, perante os capitalistas isolados, a massa inorgânica do capital disponível na sociedade, e ainda a subordinação dos diversos ramos aos capitalistas [...] o item 2 supõe: a derrogação de todas as leis que impeçam os trabalhadores de se deslocarem de um ramo ou de um local de produção para outro qualquer; indiferença do trabalhador quanto ao conteúdo do trabalho; redução máxima possível do trabalho a trabalho simples, em todos os ramos e produção; não possuírem os trabalhadores preconceitos profissionais; finalmente, e sobretudo, subordinação do trabalhador ao modo de produção capitalista". Karl Marx, *O capital*: livro 2, cit., p. 221-2.

<sup>123</sup> Segundo Angus Maddison, os fluxos internacionais de capital crescem em 15,9% a.a. no período de 1970 e 1980, se aceleram para alcançar 21,3% a.a., no intervalo de 1982 a 1990, atingindo no período entre 1993 e 2000 o impressionante ritmo de expansão de 27,2% a.a. e um montante de US\$ 1.491.934 milhões. A exportação de mercadorias sobre o PIB mundial, por sua vez, ascende de 10,5%, em 1973,

a tendência à mundialização da lei do valor se desenvolvesse sem contradições. Ela sofre dois tipos de limites que, em última instância, vinculam-se à sua dimensão histórica: o primeiro está ligado ao fato de que o capital só se impõe às populações mundiais articulando-se com forças territorialistas, representadas pelo Estado; o segundo vincula-se ao fato de que a mundialização da lei do valor funda-se em contradições internas que não permitem desenvolvê-la totalmente<sup>124</sup>.

Esses limites significam que a mundialização da lei do valor somente se impõe apresentando muitos desvios. O neoliberalismo como ideologia apresenta então uma dupla face: de um lado, representa a motivação e o compromisso de globalizar a concorrência, com o que se impõem, segundo Marx, as leis do capital em geral para o capital particular; mas, de outro, apresenta desvios como força concreta e histórica em relação a seus fundamentos ideológicos, ligados à universalização da competição. Esses compromissos e desvios específicos, referentes à etapa avançada da acumulação do capital em que surge, o diferenciam do liberalismo que se desenvolveu durante a hegemonia britânica, no século XIX e primórdios do XX.

Como afirma Perry Anderson, o neoliberalismo surge depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental e na América do Norte, como reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar. Seu ponto de partida é o livro *O caminho da servidão* (1944), de Friedrich Hayek. Organizado como doutrina, em 1947, por um grupo de 37 participantes, entre os quais o próprio Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises e Karl Popper, que fundam a sociedade Mont Pelérin, reunida em hotel no sul da Suíça. Seu objetivo era combater o keynesianismo e o liberalismo político, que viam como formas disfarçadas de socialismo, e

para 17,2%, em 1998. Entre 1999 e 2008 o crescimento do comércio mundial continuou muito mais acelerado que o do PIB, se expandindo em 6,9% a.a. (OCDE, 2010) ao passo que este o fez em 4,2% a.a., entre 1999 e 2006. Ver Angus Maddison, 2010.

<sup>124</sup> Vimos que a tendência geral da acumulação de capital é o desdobramento de D em D', por meio da fórmula D-M-M'-D'. Ela supõe, sobretudo durante a fase de globalização, a concentração de capital e o monopólio, significando barreiras de entrada e restrições crescentes à mobilidade do capital particular. A contrapartida desse processo é que o nivelamento da taxa de lucro na economia mundial se realiza em grande parte por meio da superexploração do trabalho, quando o capital de menor composição técnica não consegue se deslocar para partilhar a massa de mais-valia que lhe foi apropriada pelos ramos de maior intensidade tecnológica ou quando não tem como migrar para um ramo de composição superior, se o seu sofre o descenso da taxa de lucro. Mencionamos, por outro lado, que a superexploração, ao constituir-se em um expediente de nivelamento da taxa de lucro, representa um limite ao seu pleno desenvolvimento, em função de sua menor capacidade relativa para criar mais-valia, que restringe o nivelamento da composição técnica do capital. Vimos ainda que a subsunção do trabalho ao capital implica sua conversão em força de trabalho inefensiva pela maquinaria, que no limite significa sua desmaterialização, o que ameaça o trabalho produtivo. Finalmente, mencionamos que a apropriação das forças produtivas científico-técnicas pelo capital implica o desenvolvimento dos retornos sociais das inovações.

preparar as bases de um capitalismo rígido, fundado na competição e no liberalismo econômico (Anderson, 1995, p. 9-10, e Dos Santos, 1999b, p. 127).

Para atacar o planejamento e a sua intervenção organizando a sociedade, o neoliberalismo apoia-se no irracionalismo. Tal como Edmund Burke havia esgrimido contra a Revolução Francesa a impotência da razão frente à natureza, dedicando-se ao elogio do preconceito diante da incapacidade de se saber o porquê dos fatos, o neoliberalismo afirma a imperfeição dos homens e sua incapacidade de organizar conscientemente a realidade, o que implicaria a necessidade de se sujeitarem à ordem espontânea. O ponto de partida do neoliberalismo é o indivíduo, e o seu objetivo, o de garantir sua liberdade. Essa liberdade é definida em sentido negativo. Ela significa tudo aquilo que um homem pode fazer, sem impôr a outro sua escolha. O indivíduo é entendido não como um ser produzido pela sociedade, que se desenvolve a partir e em permanente interação com ela, mas sim como uma realidade independente que se associa por cooperação voluntária. Ao constituir-se num estágio muito mais profundo de interdependência humana, o neoliberalismo vê no desenvolvimento da dimensão política e social da humanidade uma ameaça à propriedade privada, e busca destruí-lo para preservá-la de qualquer ameaça de resignificação comanda por este. Diferentemente do movimento liberal, dos séculos XIX e XX, que vinculou, em maior ou menor medida, a liberdade às lutas contra o absolutismo, à garantia da soberania popular e à extensão do direito de representação, o neoliberalismo, inversamente, critica a interferência da política sobre a economia, vendo no sufrágio universal e nos direitos sociais de representação a possibilidade de coerção da vontade coletiva sobre a liberdade individual de escolher.

A esse respeito Milton Friedman é muito claro:

A relação entre liberdade política e econômica é complexa e de modo algum unilateral. No início do século XIX, Bentham e os filósofos radicais estavam inclinados a considerar a liberdade política como um instrumento para a obtenção da liberdade econômica [...] O triunfo do liberalismo de Bentham no século XIX na Inglaterra foi seguido por uma reação que levou a uma crescente intervenção do governo nos assuntos econômicos. Essa tendência para o coletivismo foi grandemente acelerada, tanto na Inglaterra como em outros lugares, pelas duas guerras mundiais. O bem-estar, em vez da liberdade, tornou-se a nota dominante nos países democráticos. Reconhecendo a ameaça implícita ao individualismo, os descendentes intelectuais dos filósofos radicais – Dicey, Mises, Hayek e Simons, para mencionar somente alguns – temeram que o movimento continuado em direção ao controle centralizado da atividade econômica se constituiria no *The Road of Serfdom*, como Hayek intitulou em sua penetrante análise do processo. Sua ênfase foi colocada na liberdade econômica como instrumento de obtenção da liberdade política. (Friedman, 1977, p. 19-20.)

Entre os principais fundamentos do programa dos ideólogos neoliberais estão:

a) A drástica redução da intervenção direta e indireta do Estado na economia, com ênfase na privatização de empresas públicas e na desregulamentação da economia.

b) O abandono das políticas de déficits públicos como estimuladoras do pleno emprego e do crescimento econômico potencial. Em seu lugar deveria se estabelecer políticas fiscais equilibradas e monetárias previsíveis, fundadas em regras claras sobre a variação do estoque monetário e orientada para a estabilidade de preços.

c) No âmbito das políticas comercial e cambial propõe-se a liquidação unilateral das barreiras tarifárias e paratarifárias e a adoção do câmbio flexível, que variaria de acordo com os movimentos de mercado. A unilateralidade está ligada à tese de que a economia que praticar a abertura, mesmo que isoladamente, se beneficia dos efeitos da competição. A adoção do câmbio flexível não significa a apologia da instabilidade cambial, mas o contrário, isto é, a pressuposição de que a estabilidade do câmbio depende da sua livre flutuação de acordo com as forças do mercado. Os neoliberais sugerem ainda a adoção por outros países do atrelamento de sua moeda ao dólar, uma vez fixada a sua paridade pelo mercado e suposta a austeridade nas políticas fiscal e monetária.

d) Restrição à ação dos sindicatos, entendidos pelos neoliberais como monopólios que provocam desvios de preços e impedem a correta fixação da remuneração do fator trabalho, provocando o desemprego. Entre as restrições que desviam esses preços e devem ser removidas está a fixação do salário mínimo.

As contradições entre o pensamento neoliberal e as políticas praticadas em seu nome levaram alguns autores como Theotonio dos Santos a denunciar, com razão, essa unidade como falaciosa. Em diversos trabalhos, ele demonstra que o auge do período de hegemonia neoliberal foi marcado pela expansão da intervenção estatal, dos gastos militares, dos déficits públicos e da especulação financeira articulados pelo governo dos Estados Unidos (Dos Santos, 1992b, 1993a, 1995d, 1999a, 1999b e 2004).

Esse auge se inicia no início dos anos 1980, com a vitória de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979), seguida pela de Reagan nos Estados Unidos (1980) e de Helmut Kohl na Alemanha (1982). Estende-se até a segunda metade dos anos 1990, quando passa a sofrer a ação de outras forças, que colocam desafios à sua hegemonia, seja lhe confrontando mais radicalmente, seja mesclando-se com seus fundamentos para desenvolvê-los. Estas forças se expressam na recomposição do pensamento social-democrata, no recrudescimento do nacionalismo/regionalismo sob a forte intervenção estatal ou inspiração socialista, e na reconstituição de formas ideológicas e culturais pré-capitalistas que precederam a integração dos povos afro-asiáticos ou ibero-americanos ao imperialismo do Ocidental, cujas

maiores expressões são, respectivamente, o islamismo e o indigenismo. As vitórias de Clinton (1992 e 1996), Tony Blair (1997), Leonel Jospin (1997) e Gerard Shroder (1998), marcam a ofensiva inicial social-democrata, sob a forma de políticas de terceira via; na América Latina, a crise do Consenso de Washington leva à derrocada de quase todos os regimes abertamente neoliberais e a novos governos, de centro-esquerda, como os de Lula (2002, 2006) e Tabaré Vasquez (2004), que combinam políticas de terceira via, ou à iniciativas mais contundentes e nacionalistas, expressa nas vitórias de Chávez (1999, 2000, 2004, 2006), Néstor e Cristina Kirchner (2003, 2007), Evo Morales (2005, 2008), Manuel Zelaya (2005), Rafael Correa (2006), Daniel Ortega (2006), Fernando Lugo (2008), José Mujica (2009) e Humala Ollanta (2011).

O fato de postularmos que o auge da ideologia neoliberal se esgotou na década de 1990 não significa que o neoliberalismo não seja mais hegemônico, nem que não experimente relançamentos. O desgaste estrutural do neoliberalismo se aprofunda durante o Kondratiev expansivo e ganha saltos de qualidade na sequência de suas inflexões cíclicas. Se a terceira via se apresentou nos Estados Unidos e na Europa como a alternativa gestada na primeira fase cíclica, o ressurgimento do nacionalismo e regionalismo na América Latina ou em países semicontinentais como a Rússia, a articulação dos movimentos sociais por outra globalização e a ofensiva islâmica aparecem como resultados de sua crise e da estruturação do segundo período cíclico deste Kondratiev. A passagem para o terceiro ciclo da expansão conduz ao lançamento de novas alternativas ideológicas, cuja mais evidente expressão é o desenvolvimento de uma cultura política transnacional nos Estados Unidos capaz de produzir identidades entre imigrantes, negros, trabalhadores e jovens de origem anglo-saxã. Essa cultura política, que impactou a social-democracia estadunidense e levou à vitória da candidatura Obama, abre a possibilidade de uma recomposição distinta do pensamento social-democrata, aprofundando sua vinculação aos movimentos antissistêmicos no interior e fora dos Estados Unidos. Mas a vitória de Barack Obama apresenta um governo disputado por monopólios e movimentos antissistêmicos e ainda muito mais esperanças e desafios que uma alternativa à era neoliberal. A superação do neoliberalismo exige a articulação de alternativas globais, e sua ausência abre o espaço para o seu relançamento em formas que aprofundam suas características regressivas.

O período George W. Bush (2000 a 2008) e a cruzada ideológica fascistizante que lançou na economia mundial são exemplo disso. Resultam em grande parte da timidez das experiências social-democratas e atestam a possibilidade do recrudescimento das ofensivas neoliberais dirigidas por seus segmentos ortodoxos e fundamentalistas.

Para caracterizar o neoliberalismo devemos considerar não apenas um conjunto de proposições doutrinárias, mas sua configuração real e histórica, vinculada à crise e decadência da hegemonia estadunidense e do moderno sistema mundial. Como tal, está muitas vezes em contradição com os princípios doutrinários de que parte. Podemos definir o neoliberalismo:

a) Pelo aumento da intervenção do Estado na economia, dos déficits públicos, da dívida pública, das taxas de juros e de seu peso no PIB. Esse quadro se desenvolve até meados da década de 1990. A vitória da terceira via alterou em parte sua configuração. Ela se dedicou à busca de superávits fiscais para abater a dívida líquida do governo e, em consequência, reduzir o peso dos juros no orçamento público<sup>125</sup>. Mas o fracasso eleitoral da primeira década de 2000 impediu a continuidade do seu programa. A relativa desconexão dos gastos públicos com o bem-estar da população abriu espaço à retomada da ofensiva da neoliberal mediante o discurso demagógico da devolução de impostos aos contribuintes. A retomada da ofensiva neoliberal, liderada pelo governo George W. Bush, ao se desenvolver na fase expansiva do Kondratiev e em trajetória acelerada de descenso da hegemonia dos Estados Unidos, se não pôde praticar intensamente a elevação da taxas de juros e a diplomacia do dólar forte, ampliou os déficits e a dívida pública, vinculando-os às políticas imperialistas e à redução da carga tributária. Contudo, os desequilíbrios financeiros do Estado daí decorrentes não impediram a violenta crise de acumulação no setor privado em 2008-2009. Esta resultou da desvinculação relativa do Estado na formação

<sup>125</sup> Entre 1993 e 2000, o balanço primário do setor governamental saiu de um déficit de 1,6% do PIB para um superávit de 2,6% nos países da OCDE. Os Estados Unidos exerceram liderança nesse movimento, transformando o resultado primário de -1,5% para um superávit de 4,1%. O balanço financeiro dos governos na OCDE, que inclui o pagamento de juros, apresentou significativa melhoria, partindo de um resultado negativo de 5% do PIB para o equilíbrio no mesmo período. A dívida líquida do governo também apresentou melhora. Se ela cresceu consistentemente na década de 1980 e atingiu o auge em 1996, caiu então dos 44,3% do PIB para 38,9% em 2000. A retomada da ofensiva neoliberal, liderada pela vitória controversa de George W. Bush, iniciou novo desequilíbrio no setor governamental. Entre 2001 e 2008, o balanço financeiro na OCDE evoluiu de 0,2% a -2,6%, e a dívida pública líquida se expandiu de 38,9% para 42,4%. No caso dos Estados Unidos, esse movimento de deterioração das contas públicas foi ainda mais drástico com a dívida líquida do setor público, saltando de 36,4% para 48%, e o balanço financeiro de 1,6% a -5,2%. A crise de 2008-2010 levou o balanço financeiro a -6,3% e -8,9% e a dívida pública líquida a 57,7% e 66,6% do PIB na OCDE e nos Estados Unidos, respectivamente. De grande importância para esse resultado foram o aumento dos gastos estatais provocados pelo recrudescimento do imperialismo e da guerra, a expansão da dívida pública para a realização de lucros extraordinários fictícios e a demagogia neoliberal de redução dos impostos como forma de combate ideológico à terceira via. Se durante o período de ofensiva ideológica da terceira via a arrecadação aumentou de 38% a 39,3%, no período de retomada da ofensiva neoliberal caiu para 37%, situando-se na média em 38%. Já os gastos públicos tiveram movimento inverso: caem durante o auge ideológico da terceira via, entre 1993 e 2000, de 42,9% a 39,1%, e aumentam para 40,7% em 2008, durante a retomada da ofensiva neoliberal (OCDE, 2008).

do lucro extraordinário, cuja liderança se transferiu ao setor privado em função da centralidade da taxa de lucro sobre as taxas de juro nessa fase da acumulação. Essa transferência, relativamente normal nas oscilações cíclicas do capitalismo, provoca, como vimos, nessa etapa de desenvolvimento das tendências seculares do capitalismo, importantes contradições em sua sustentabilidade. A monumental intervenção do Estado – iniciada no governo Bush e ampliada no Obama –, para sustentar a riqueza fictícia criada nos mercados privados em torno ao setor real da economia, abre uma nova escala de intervenção estatal na sociedade e uma crise ideológica profunda no neoliberalismo, cuja articulação com os monopólios privados se evidencia com clareza. Elas possuem grande alcance internacional, uma vez que a formação da riqueza fictícia na economia mundial está fortemente vinculada ao dólar, e diminuem drasticamente a margem estrutural de manobra da social-democracia para atender simultaneamente às demandas de bem-estar das populações mundiais e de formação do lucro extraordinário<sup>126</sup>. Uma eventual escolha do governo Obama por financiar essas transferências governamentais com limitação de gastos primários e no bem-estar, como fez a terceira via, poderá ser fatal para sua legitimidade, como atestam as eleições de 2010 para o Congresso estadunidense.

<sup>126</sup> A grande diferença entre as políticas neoliberais e as de terceira via está no fato de que se as primeiras tendem para os desequilíbrios fiscais e financeiros estatais, enquanto as últimas buscam o equilíbrio, principalmente por meio da redução dos gastos estatais. Trata-se de uma curiosa inversão produzida pela realidade em relação às clássicas posições ideológicas de neoliberais e sociais-democratas. Os neoliberais impulsionam o aumento da atividade estatal, dirigindo-a prioritariamente para os setores militar e financeiro. O baixo dinamismo do setor produtivo do Estado hegemônico, que se abre à competição, conduz aos déficits e ao crescimento do setor financeiro para financiá-lo. Isso se agrava com o direcionamento dos gastos estatais para o setor militar. Esse setor é obsoleto para dirigir o novo paradigma tecnológico, centrado nas tecnologias de informação. Prioriza as hierarquias e o segredo e o seu alto índice de automação torna os investimentos estatais pouco efetivos para estimular o crescimento econômico, dado o baixo dinamismo do seu multiplicador keynesiano. A busca de equilíbrio financeiro, por parte da social-democracia, pretende conter os efeitos negativos dos juros sobre os programas de bem-estar. Entretanto, ao fazer isso, assume o ônus de pagar a dívida deixada, pelos primeiros e desgasta sua credibilidade junto à população. Trata-se de uma difícil fórmula que, em geral, leva à derrotas eleitorais. A contenção é executada por meio de cortes dos gastos públicos primários, gerando-se os superávits fiscais para reduzir a dívida pública e, por consequência, o peso dos juros. Há mais espaço para ser aplicada em países onde o setor militar e os gastos estatais que não entram na reprodução da força de trabalho têm importante expressão. Nos Estados Unidos, os gastos estatais, em proporção ao PIB, caíram, no período Clinton, de 37% para 34,2; na Alemanha, de 48,1% para 47%, no governo Schroder; e na França, de 54,5% para 52,6% no período de Jospin. Na Grã Bretanha, caíram de 40,7% a 38,3% do PIB, no governo Blair, durante o período Clinton, para depois se elevarem a 45% do PIB em 2005-2007, em função de sua articulação ao governo Bush, suas doutrinas imperialistas e intervenção no Iraque (OCDE, 2008). Se as políticas de terceira via não são idênticas e se diferenciam das neoliberais, tampouco lhes são antagônicas ou constituem alternativa histórica. Inscrevem-se dentro do paradigma neoliberal e dificilmente conseguem romper com suas questões e limites para impôr uma agenda própria.

b) Por sua articulação com o territorialismo. Como vimos, o neoliberalismo se inscreve numa etapa de redirecionamento do pêndulo sistêmico para o cosmopolitismo. Isso não o diferencia cabalmente do liberalismo, que também se desenvolveu num período como esse. A diferença está no fato de que o neoliberalismo se estabelece numa etapa em que a expansão física e territorial do sistema mundial se completou. Todo movimento do pêndulo para o territorialismo implicou em profundas violações e ameaças à autodeterminação dos povos. Isso se deu durante o período genovês-espanhol, com o colonialismo que atingiu as Américas, causando uma catástrofe demográfica<sup>127</sup>, e a imposição da escravidão e do tráfico negreiro que alcançou a África. Durante a hegemonia britânica, impôs-se o neocolonialismo, que atingiu a Ásia e, desta vez, profundamente a África. Como resultados desses períodos, o sistema interestatal se desenvolveu, apesar das violações que eram cometidas em regiões que estavam fora do sistema mundial e eram integradas a ele por meio da força. Durante a hegemonia britânica desenvolveu-se o princípio da soberania popular e o esboço do Estado de bem-estar, que ganharam muito mais projeção no pós-guerra. Na fase atual de um sistema mundial fisicamente integrado, a expansão cosmopolita do capitalismo histórico requer a violação não mais de áreas externas mas internas ao moderno sistema mundial. Isso significa a violação da soberania dos Estados nacionais e em última instância do próprio sistema interestatal. Não é a toa que neoliberais, como Friedman, dissociam a liberdade econômica da política e a consideram anterior e condição da segunda. O neoliberalismo se converte na antessala do fascismo no sistema mundial, que tem entre as suas características a expansão imperial e a destruição dos princípios da soberania popular e da ordem democrática<sup>128</sup>.

c) Pela desigualdade com que se impõem os princípios da concorrência, abertura comercial e flexibilidade cambial. Elas são expressão do poder estatal

<sup>127</sup> Angus Maddison em *The World Economy*, cit., p. 241, estima a população americana em 1500, no início da colonização, em 17.500.000. Em 1600, ela havia caído para 8.600.000 e em 1700, permanecia em patamar bastante inferior ao período pré-colombino, alcançando 12.050.000.

<sup>128</sup> Ao referir-se a experiência pioneira de implementação do neoliberalismo, realizada no Chile de Pinochet, Perry Anderson afirma: "O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares no pós-guerra. Mas a democracia em si mesma - como explicava incansavelmente Hayek - jamais havia sido um valor central no neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios". Perry Anderson, "Balanço do neoliberalismo", em Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995).

na economia-mundo. Os países centrais e, principalmente, o Estado hegemônico buscam muito mais conquistar mercados e fontes de investimento do que abrir seus mercados a terceiros<sup>129</sup>. A liberação multilateral de seus mercados no GATT e OMC é fruto de negociações baseadas no poder de barganha entre as partes. Nesse sentido, os países dependentes encontram grandes dificuldades para derrubar as barreiras tarifárias, para tarifárias e subsídios que restringem suas exportações. A situação de compromisso que vincula suas classes dominantes a posições inferiores na divisão internacional do trabalho as subordinam à liderança política da burguesia dos países centrais, o que diminui significativamente a capacidade de negociação de seus países.

d) Pelos desequilíbrios financeiros e comerciais. Cumpre observar que o câmbio flexível não dá lugar, como supõem os neoliberais, ao equilíbrio e à estabilidade do balanço de pagamentos. Ao contrário. O câmbio flexível não cria paridades entre as diferentes moedas em função da competitividade de seu sistema produtivo e comercial, revelada pelos volumes de exportação e importação. Mas sofre a ação dos movimentos internacionais de capital que pode estar determinada por fundamentos sustentáveis ou não. O Estado hegemônico tem usado uma política monetária conservadora para valorizar o câmbio, estimular os ingressos especulativos de capital estrangeiro e manter o poder econômico mundial de sua burguesia. Mas ela cria paridades monetárias insustentáveis a médio e longo prazo. Essa valorização do câmbio realizada pelo governo dos Estados Unidos tem conduzindo a fantásticos déficits em conta corrente, sustentados por seu poder financeiro, lastreado na principal moeda mundial. Os países que em nome do Consenso de Washington praticaram políticas semelhantes e atrelaram suas moedas ao dólar estiveram sujeitos a desequilíbrios muito mais graves, em razão da precariedade de seu poder financeiro para sustentar esse tipo de gestão insustentável do câmbio.

e) Por seu ataque ao Estado de bem estar social e instrumentos histórico-morais desenvolvidos pelos trabalhadores para a reprodução de sua força de trabalho. Esse ataque surge por meio da flexibilização das leis trabalhistas, da abertura dos mercados internos à livre circulação de capitais e mercadorias, e da interdição da ampliação da cidadania e ordem democrática para espaços supranacionais<sup>130</sup>.

<sup>129</sup> Muito embora a aceitação pelos Estados Unidos das teses neoliberais os tenham feito tomar a dianteira na abertura de seus mercados.

<sup>130</sup> Alguns autores, como Samir Amin (1997), distinguem duas leis de valor no capitalismo. A que atua em espaços nacionais, onde se equivalem as liberdades de circulação do capital e da força de trabalho; e a que se desenvolve na economia mundial, onde as liberdades de circulação do capital e da força de trabalho são desiguais. Amin atribui à quebra do pacto keynesiano e do espírito de Bandung a projeção da lei do valor da economia mundial sobre as economias nacionais.

Essas são as características fundamentais do neoliberalismo na economia mundial. Ele é um dos componentes da crise do sistema mundial que exporemos sistematicamente a seguir:

### 3.2- A crise do moderno sistema mundial e suas dimensões

A crise do moderno sistema mundial se expressa nas diversas dimensões em que ele se constitui que são a hegemonia, os marcos políticos-institucionais, a divisão internacional do trabalho, a ideologia e a relação com a natureza. Podemos então afirmar que a crise do moderno sistema mundial se desdobra nas crises conjuntas da hegemonia e do sistema interestatal, da economia-mundo e da divisão internacional do trabalho, da ideologia e do meio-ambiente. Vejamo-nas por partes.

#### 3.2.1- A crise da hegemonia e do sistema interestatal

Vimos, no capítulo 2, que o moderno sistema mundial necessita, para se organizar, de uma assimetria entre a economia e a política, que se viabiliza com a criação do sistema interestatal. O Estado hegemônico torna-se fundamental para manter sob controle o grau de autonomia que a constituição de Estados juridicamente independentes oferece às distintas nacionalidades. Deve organizar, a partir de seus interesses privados, o interesse sistêmico, apresentando-o como interesse geral para as diversas classes dominantes nacionais que a ele se articulam. Limita, dessa forma, concretamente a autonomia do nacional, vinculando suas classes dominantes à divisão internacional do trabalho e à economia-mundo. Vimos ainda que a hegemonia se desenvolve por ciclos que possuem três fases: elas correspondem à ascensão hegemônica, à crise hegemônica e ao caos sistêmico que é interrompido pela ascensão de uma nova hegemonia após guerras de trinta anos. A afirmação de uma nova hegemonia restabelece a expansão das tendências seculares do moderno

---

Embora ele lance luz sobre um aspecto importante da economia mundial, vale dizer, a desigualdade de volume e velocidade de circulação entre capital e trabalho no plano internacional, consideramos inadequado supor, a partir disso, a existência de duas leis do valor. Muito menos, como *q* faz ao postular, incorporando as heranças do desenvolvimentismo, que a equivalência entre essas circulações no plano internacional conduziria a uma economia mundial mais equilibrada e convergente quanto ao desenvolvimento de suas diversas partes, criando homogeneidades como as que existiam nos espaços nacionais do capitalismo central.

Como vimos, o capitalismo histórico exige o sistema interestatal como superestrutura política. Ele é o marco de referência global que articula os espaços nacionais e internacionais e viabiliza o desenvolvimento da lei do valor. Evidentemente, esse desenvolvimento sofre a ação do poder dos Estados nacionais. Mas a desigualdade no capitalismo não é prioritariamente função da maior ou menor circulação da força de trabalho, mas sim dos monopólios produtivo, comercial e financeiro que fundamentam capacidades de inovação desiguais. A circulação da força de trabalho atua sobre essa realidade e *de per se* não a transforma.

sistema mundial que supera suas tendências conjunturais desagregadoras, ao instituir uma etapa mais avançada do desenvolvimento de suas estruturas.

O que ocorre na etapa atual de desenvolvimento do moderno sistema mundial é que a crise de hegemonia que se desenvolve dificilmente poderá ser superada pelo estabelecimento de uma nova hegemonia. É muito improvável na economia mundial contemporânea, fundamentada sob forças produtivas científico-técnicas, que um país ou uma região concentrem, num horizonte de tempo significativo, um diferencial de capacidades produtiva, comercial, financeira e ideológica que os habilite a agregar as forças necessárias para apresentar, em seu próprio interesse, o interesse geral. Isso é expressão da força da difusão e dos retornos sociais da inovação inerentes aos paradigmas tecnológicos fundados na ciência, na cultura e na comunicação e socialização. Eles trazem uma brutal aceleração do que Giovanni Arrighi e Beverly Silver (1999) chamam de densidade dinâmica do sistema mundial, que representa o volume, o número e a quantidade de transações entre as suas distintas unidades.

Esse contexto estabelece características muito específicas para a bifurcação que se desenvolverá no sistema mundial nos próximos dez a quarenta anos. O atual *hegemon* em crise não terá um sucessor para se articular e lhe garantir uma inserção vantajosa num novo ciclo sistêmico, como foram os casos das Províncias Unidas com a Grã-Bretanha e desta com os Estados Unidos. Diante das evidências de sua obsolescência, a burguesia desses Estados decidiu apoiar um competidor na sucessão hegemônica, o que foi decisivo para sua vitória, e articular seus interesses na nova coalizão de forças que se formava. Desta vez, dificilmente haverá um Estado ascendente para ser apoiado. Isso se evidencia no fracasso japonês, que nos anos 1980 era apresentado como modelo organizacional para um novo padrão de organização do trabalho e das instituições em geral.

A bifurcação que se desenvolverá na economia colocará em questão, portanto, não a sucessão no interior do moderno sistema mundial, mas a preservação de seus privilégios ou sua superação por outro sistema. Essa bifurcação girará em torno da seguinte polarização: preservação das desigualdades de poder econômico, político, social e de acesso às forças produtivas *versus* a socialização do poder em suas diversas formas e democratização do acesso às forças civilizacionais criadas pela humanidade. O primeiro campo deverá juntar as principais forças da burguesia financeira mundial, que buscará criar uma coalizão de defesa da riqueza oligárquica, a partir de seus aparatos estatais imperialistas, dirigindo-se às diversas burguesias nacionais semiperiféricas e periféricas para apresentar seu interesse como sistêmico. Mas essa não será uma alternativa fundada na hegemonia. Ela precisará suprimir a autodeterminação e a competição das esferas nacionais e estará baseada na força e numa perspectiva imperial. O segundo campo deverá partir

de forças importantes do proletariado da semiperiferia e periferia, dirigindo-se aos distintos setores populares do conjunto da economia mundial e aos segmentos não monopolizados da burguesia para a construção de um novo sistema mundial em bases democráticas.

A burguesia neoliberal estadunidense deverá ser a ponta de lança da articulação de interesses para a manutenção e criação de um sistema mundial fundado na riqueza oligárquica. Mas sobre esse projeto pesarão diversas contradições, que tornarão muito improvável sua realização. Ele se chocará contra a natureza das forças produtivas, que indica uma forte tendência à centrifugação das relações de poder. Essa tendência não pode ser contida pela violência sem colocar em questão a integridade das forças de produção da vida humana e a própria humanidade, o seu componente mais fundamental. Por outro lado, a nova divisão internacional do trabalho tende a desenvolver, no plano nacional e interno dos países centrais, fortes componentes de deterioração da hegemonia. Eles se estabelecem em torno da extensão da superexploração do trabalho aos países centrais. Como vimos, é necessário certo nível de consenso interno para que os países centrais se dediquem às tarefas de gestão da economia mundial. A deterioração desse fundamento da hegemonia aumenta o custo político e social de mobilização do aparato imperialista e reduz as probabilidades de uma nova guerra generalizada entre Estados nacionais.

O sistema interestatal encontra uma profunda dificuldade para se renovar diante dos impasses em que se encontra a hegemonia com a crise estadunidense. As alternativas de médio e longo prazo para a resolução do impasse levam à reintegração entre a política e a economia e à superação da assimetria estrutural que prevaleceu durante o capitalismo histórico. Discutimos a improbabilidade da alternativa imperial, em razão da dificuldade de conter a centrifugação das relações de poder. Mas a centrifugação das relações de poder se não pode ser contida por esta, pode, entretanto, ser articulada e vincular-se a marcos globais democráticos e socializantes. Isso levaria à construção de um novo sistema mundial em bases socialistas. Esse socialismo se diferenciaria fortemente, quanto às suas formas de gestão, das experiências do socialismo num só país.

A aceleração da densidade dinâmica do sistema mundial impulsiona a difusão das relações de poder. Por isso, com o desenvolvimento da economia mundial, os Estados hegemônicos têm se estabelecido sob bases demográficas cada vez mais ampliadas. Durante a hegemonia estadunidense, a ação exclusiva do Estado nacional foi insuficiente para gerir o novo ciclo sistêmico. Desenvolveram-se organizações políticas internacionais, por meio da ONU, como instrumentos auxiliares de gestão do sistema mundial. Embora essas organizações tenham adquirido poder durante o ciclo estadunidense, elas não dispõem de força suficiente para rivalizar com o Estado hegemônico. Não submetem o sistema interestatal a uma gestão

articulada entre os níveis local, nacional, regional e global. Pelo contrário, o sistema decisório da ONU e suas organizações econômicas e políticas refletiram o poder das regiões centrais do capitalismo histórico.

As organizações econômicas, como o FMI e o Banco Mundial, expressam, em particular, o poder decisório dos Estados Unidos, que têm capacidade de veto em suas resoluções por meio de um sistema de votação onde o peso do voto é determinado pela quantidade de cotas que um país compra dessas instituições. Essa configuração decisória as tem levado a aumentar os desequilíbrios estruturais da economia mundial. Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia, chefe do Conselho de Consultores Econômicos do Governo dos Estados Unidos e vice-presidente sênior do Banco Mundial durante o governo Clinton, enfatiza que as disparidades nas relações de poder no âmbito dessas instituições as levam a reforçar as contradições da economia mundial (Stiglitz, 2002). Ele afirma que a ação coletiva é necessária e se justifica quando existem externalidades, isto é, quando determinadas ações possuem efeitos pelos quais não se paga nem se compensa. Essas externalidades podem ser positivas, como a difusão de conhecimentos tecnológicos e científicos, ou negativas, como a poluição e o contágio internacional da crise econômica por políticas recessivas que transferem aos vizinhos o corte da demanda, chamadas de *beggar-thy-neighbor*. Positivas ou negativas, as externalidades significam que os mercados funcionam mal e devem ceder espaço à ação coletiva. A globalização e o gigantesco processo de geração de forças produtivas que move, ao produzir externalidades, abrem um amplo campo de atuação à lógica coletiva global, voltada para a garantia da estabilidade econômica mundial, do equilíbrio ecológico, da inovação tecnológica ou de regras comerciais e financeiras que reforcem os aspectos anteriores e contribuam para a eliminação da pobreza, estimulando o crescimento econômico.

Entretanto, Stiglitz aponta para o fato de que o espaço aberto para a governança global não é utilizado de forma eficaz. Pelo contrário, esta é limitada pelos defeitos institucionais das organizações políticas internacionais. Elas não expressam interesses globais, mas os interesses dos grupos dominantes das grandes potências. Manifestam-se no FMI e no Banco Mundial não apenas a desigualdade de direitos a votos entre os países, mas uma especialização que conduz a uma gestão tecnocrática. No FMI e no Banco Mundial são os ministros das finanças e os dirigentes dos bancos centrais que tomam as decisões. Essas instituições deixam de atender às suas missões, que são garantir a estabilidade da economia mundial e a superação dos obstáculos ao seu crescimento, para atender aos interesses da comunidade financeira internacional. Na OMC, apesar de cada país ter um voto e as decisões serem tomadas por consenso, existem fatores institucionais que limitam o desenvolvimento de interesses globais – entre eles, a prevalência dos ministros

do Comércio nas decisões da OMC e a realização de negociações e deliberações a portas fechadas (Stiglitz, 2002, p. 214-52).

O resultado é que a globalização se desenvolve sem estabelecer uma governança global à altura. Esta é apropriada privadamente e conduz ao aumento dos desequilíbrios mundiais e suas externalidades negativas.

A liberalização da conta capital promovida pelo FMI impulsiona a mundialização da lei do valor, mas não conduz à estabilidade da economia mundial. Antes, o contrário: leva à apreciação cambial no país receptor de fluxos de capital, à perda de sua competitividade em relação aos países centrais e aos déficits em conta corrente e endividamento externo. Stiglitz atribui a crise asiática de 1998-1999 à liberalização da conta capital. E as mais precárias recuperações, como a da Indonésia, à manutenção deste princípio. Os países que não liberalizaram sua conta capital, como a China, não foram atingidos pela crise, e os que restabeleceram os controles às saídas de capital ou impuseram impostos a elas, experimentaram rápidas e intensas recuperações, como são os casos da Malásia e da Coreia do Sul.

Se no âmbito da gestão econômica a governança global é precária, também o é no âmbito político. Como vimos, a Assembleia das Nações permanece um órgão consultivo do Conselho de Segurança, que expressa o poder de cinco grandes potências internacionais. O próprio Conselho de Segurança só pode estabelecer decisões que não sejam vetadas por quaisquer de seus membros com assento permanente.

Se o aumento da complexidade da economia mundial criou um movimento irregular, descontínuo porém ascendente de expansão da democracia e dos princípios da soberania popular no moderno sistema mundial, este se restringiu às esferas nacionais. No plano mundial, prevalece a institucionalidade jurídico-política criada pelo Estado hegemônico. As alternativas de gestão mais informal entre os Estados tampouco parecem comprometer o núcleo orgânico do sistema mundial com um processo efetivamente global de gestão. A ampla articulação montada em 2008-2009 para sustentar a formação da riqueza fictícia, que tem seu epicentro nos Estados Unidos e no dólar, é uma forte evidência disso. O exemplo das transições hegemônicas anteriores é de que essa institucionalidade não é reformada significativamente durante a crise hegemônica. É necessária a instalação do caos sistêmico e sua superação para que se estabeleçam novos fundamentos institucionais.

A crise jurídico-político da hegemonia estadunidense coloca em questão as bases do moderno sistema mundial porque questiona os fundamentos oligárquicos do poder internacional. Os próximos anos deverão traduzir as pressões dos movimentos sociais e dos Estados emergentes da periferia e semiperiferia para a democratização das organizações políticas internacionais e criação de marcos globais e representativos da humanidade para a gestão da economia mundial. Esse processo já se desenha em espaços como o Fórum Social Mundial, na emergência

de nacionalismos e regionalismos que esboçam concertação internacional e nos protestos em massa à retomada do imperialismo estadunidense (Seoane e Taddei, 2001; Ceceña e Sader, 2002). Trata-se de um desafio que, como veremos, exige a ultrapassagem da civilização ocidental e a construção de uma civilização planetária.

### 3.2.2- A crise da economia-mundo e da divisão internacional do trabalho

A crise da economia-mundo e da divisão internacional do trabalho se manifesta pela crescente vulnerabilidade produtiva do capitalismo histórico. Essa vulnerabilidade se expressa pela contradição entre as modestas taxas de crescimento econômico da economia mundial, particularmente nas periferias e semiperiferias sujeitas ao neoliberalismo, e as possibilidades de ascensão e crescimento abertas pela difusão científica e tecnológica.

Como vimos, a mundialização da lei do valor conduz à monopolização e à destruição de forças produtivas. Essa destruição de forças produtivas atua no interior do próprio sistema mundial, reduzindo os efeitos de crescimento econômico do desenvolvimeto do progresso técnico. Os países dependentes, ao se sujeitarem ao neoliberalismo, se tornaram fortemente pressionados por essa destruição. Ao possuírem poder de competição inferior se tornaram alvos de amplos processos de desnacionalização e restrição de seu mercado interno. Suas taxas de crescimento econômico foram particularmente afetadas. A liberalização comercial e da conta capital produziu significativos déficits comerciais e em conta corrente nesses países. Seu crescimento econômico *per capita* reduziu-se fortemente, para um ritmo inferior ao desempenho da economia mundial, uma vez que necessitavam dos superávits comerciais para financiar os resultados negativos da balança de serviços e da conta capital. Os períodos de crescimento coincidiram com os ingressos de capital, mas não se sustentaram, e a economia exibiu uma intensificação dos ciclos que os pacotes internacionais de financiamento tentaram amortecer. Os próprios fundos dos organismos internacionais foram pressionados pela gravidade da crise e exibiram limites financeiros diante delas. Contribuem para esses limites as necessidades de financiamento da conta corrente do *hegemón*, que restringem a liquidez da economia mundial, os déficits públicos que os neoliberais impulsionam e o comprometimento dos superávits fiscais com o setor financeiro que a terceira via promove.

Diante desse cenário restritivo vem se afirmando o projeto de desenvolvimento nacional ou regional que prioriza a capacitação dos fatores internos de produção dos países periféricos ou semiperiféricos, em particular a força de trabalho. Ele tem se desenvolvido, sobretudo, na Ásia, em países como China, Coreia do Sul, Taiwan e Índia. Fundamenta-se em fortes investimentos na qualificação e aumento do valor da força de trabalho. O capital estrangeiro tem sua entrada restringida e orientada

ao setor exportador. Mantém-se a moeda nacional em baixos níveis de apreciação para estimular a geração de superávits comerciais. Buscam-se, com isso, o acesso a níveis superiores de tecnologia e os meios para financiá-la. A tecnologia estrangeira não substitui o esforço interno de desenvolvimento científico-tecnológico, mas antes o auxilia. Contribui para esse esforço: o estímulo à integração científica, por parte dos governos nacionais, com o envio de estudantes para as universidades dos países centrais; as reformas sociais que distribuíram a renda, massificaram a educação primária e secundária, restringiram o consumo supérfluo e permitiram atingir altos níveis de poupança e equidade; o comprometimento do setor financeiro nacional com o desenvolvimento industrial e tecnológico, limitando as taxas de juros para impulsionar o crescimento econômico (Amsden, 1989; Hirano, 2001b; Maddison, 1997, 1998 e 2001; Medeiros, 1999; e Coutinho, 1999).

O resultado tem sido exitoso. Se no caso de Coreia do Sul e Taiwan podemos falar, em certa medida, de um desenvolvimento a convite, por causa dos generosos financiamentos internacionais que receberam para o seu desenvolvimento em razão da Guerra Fria, não podemos nos referir da mesma forma à China. Nesse caso, ocorreu o inverso: as tarefas internas se anteciparam em larga medida à integração internacional. Como assinala Giovanni Arrighi, em seu magistral *Adam Smith em Pequim* (2008), o processo de emergência chinês corresponde a um processo de desenvolvimento sem desapropriação e tem obedecido a seguinte sequência: a elevação dos níveis de educação, saúde e consumo da população com a revolução socialista de 1949 a 1978; a introdução de reformas organizacionais, a partir de 1979, como resposta político-administrativa à ofensiva da revolução cultural contra a burocracia, mediante a criação das Empresas de Aldeia e Município (EAM), nem estatais e nem privadas, de propriedade coletiva dos habitantes da aldeia ou município, descentralizando e socializando fortemente o processo de gestão empresarial; a entrada no país do capital chinês da diáspora – previamente beneficiado pela transferência tecnológica e de créditos do desenvolvimento à convite –, impulsionado pela dinâmica econômica interna da chinesa proporcionada pelas EAMs; e finalmente a entrada do capital estrangeiro ocidental, orientado preferencialmente ao setor exportador<sup>131</sup>.

Em comum nessas experiências do Leste Asiático, o aumento do valor da força de trabalho, que ganha maior competitividade como ativo internacional, e a pro-

<sup>131</sup> Arrighi considera as EAMs como chave para o estabelecimento de um modelo de acumulação sem desapropriação, onde o trabalhador não se separa da propriedade dos meios de produção. As EAMs têm se orientado para o uso intensivo de mão de obra, aumentado a pressão competitiva e o consumo de bens públicos ao reinvestirem mais da metade dos lucros em modernização da empresa ou em circuitos locais como escolas, clínicas, assistência social pública, infraestrutura e serviços tecnológicos. Ver Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim*, cit., p. 368-9.

teção do aparato produtivo nacional, por parte do Estado, diante da concorrência externa<sup>132</sup>. O aumento da qualidade e do valor da força de trabalho atrai o capital estrangeiro, interessado em dispor de uma mercadoria competitiva e barata em termos internacionais. Como vimos, o moderno sistema mundial dividiu o mundo em regiões e atribuiu ao centro a maior parte da distribuição das riquezas produzidas. O resultado foi que a classe trabalhadora dos países centrais dispôs de níveis de renda *per capita* muito superiores aos dos países semiperiféricos e periféricos. A aproximação das qualificações entre essas classes trabalhadoras, por iniciativa de políticas formuladas nos países periféricos, cria para estes uma relação entre capacidade produtiva e renda muito superior e atrai o capital estrangeiro, que busca obter taxas de lucro mais favoráveis que as obtidas no centro. A conjugação desse processo com a proteção à capacidade científica e tecnológica nacional cria uma trajetória de desenvolvimento que reduz as disparidades entre centro e periferia, permitindo que esta, ao romper com a superexploração, se aproprie dos retornos sociais das inovações internacionais. O aprofundamento desse processo, sua possível extensão à periferia ocidental, estabelece uma dinâmica que ameaça a divisão internacional do trabalho em que se baseia o capitalismo histórico, uma vez que o capitalismo central apresenta limites para a plena incorporação da revolução científica-técnica.

Abrem-se duas possibilidades aos países periféricos e semiperiféricos: a dependência e seu aprofundamento com intensificação da superexploração e a marginalização da fronteira tecnológica; e o desenvolvimento nacional e regional que rompe com a dependência e a superexploração e se aproxima da fronteira tecnológica para aproveitar as externalidades da difusão científica e tecnológica. Os países continentais, como China, Índia, Brasil, Rússia ou África do Sul, têm as maiores

<sup>132</sup> Entre 1950 e 1992, segundo Angus Maddison, em *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas* (Paris, OCDE, 1997), p. 115-7, a escolaridade da população entre 15 e 64 anos apresenta a seguinte evolução nestes países: na China, evolui de 1,6 para 8,5 anos; na Índia, de 1,3 para 5,5; Coreia do Sul, de 3,3 para 13,5; em Taiwan, de 3,6 para 13,8; no Japão, de 9,1 para 14,8; nos Estados Unidos, de 11,2 para 18; na Grã-Bretanha, de 10,8 para 14; na França, de 9,5 para 15,9; na Alemanha, de 10,4 para 12,2.

Na América Latina, o crescimento é muito menos expressivo do que nos países asiáticos. O Brasil passa de 2 para 6,4; o México, de 2,6 para 8,2; a Argentina, de 4,8 para 10,7; e o Chile, de 5,4 para 10,9. Os números absolutos não exprimem totalmente a maior qualidade do sistema educacional dos países asiáticos em relação aos latino-americanos, amplamente conhecida em resultados obtidos nas olimpíadas educacionais entre alunos com o mesmo número de anos de escolaridade formal. O resultado é uma elevação da taxa de produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada) nos países asiáticos muito superior a dos países latino-americanos: entre 1973 e 1992, a produtividade cresce em 4,1% anuais na China; em 5,2% na Coreia do Sul; em 5,3% em Taiwan; em 2,8% na Índia; em 0,9% no Brasil; em 0,5% no México; em 0,5% na Argentina; em 1% no Chile. Os países centrais têm também um desempenho inferior ao asiático. Nos Estados Unidos, a produtividade cresce em 1,1%; na Grã-Bretanha, em 2,2%; na França, em 2,7%; na Alemanha, em 2,7%.

possibilidades materiais de articularem essa ruptura com a divisão internacional do trabalho neoliberal.

A projeção da China na economia mundial tem articulado desde 2003 grande parte da periferia e semiperiferia a um novo eixo de desenvolvimento, neutralizando e minimizando os efeitos deletérios do neoliberalismo sobre suas balanças comerciais. A acumulação sem desapropriação produz alta taxa de investimento e vincula a inovação tecnológica aos bens de consumo necessários e seus insumos, ampliando a sua demanda e os seus preços internacionais, o que beneficia as periferias, seus principais exportadores. A acumulação sem desapropriação colide com a lógica do capitalismo histórico, onde a inovação tecnológica busca a mais-valia extraordinária e dirige-se ao setor de bens de consumo suntuários, concentrando o mercado mundial nos 25% da população mundial que incluem os Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e elites das periferias e semiperiferias. Elementos pós-capitalistas se articulam no capitalismo histórico gerando uma economia mundial complexa que vincula três grandes formações sociais – capitalismo central, capitalismo dependente e formações pós-capitalistas – e uma bifurcação histórica que aponta para outro sistema mundial.

### 3.2.3 – A crise ideológica e ecológica

Wallerstein assinala que a civilização capitalista foi construída em torno da centralidade do indivíduo, considerado o sujeito da história. Essa centralidade do indivíduo foi tratada de duas formas complementares no capitalismo histórico. De um lado, pelo universalismo, que afirma a homogeneidade fundamental da espécie humana e olha com desconfiança para privilégios e desigualdades; de outro, pelo etnocentrismo, racismo e sexismo, que procuram enfatizar suas diferenças e limitar ou descartar sua igualdade. Para o universalismo, as diferenças se explicam por desempenhos diferenciados num sistema meritocrático em que todos têm oportunidades iguais. Entretanto, o capitalismo sempre teve demasiadas dificuldades para impor um sistema meritocrático. O desenvolvimento do universalismo como ideologia, necessário para impulsionar o princípio da concorrência que fundamenta a lei do valor, se estabeleceu a partir da afirmação dos monopólios. É com o desenvolvimento da grande indústria – e do monopólio tecnológico que impõe – que se desenvolve com maior amplitude o princípio da concorrência. O princípio da concorrência se impõe com mais força quanto mais poderosos são os desvios da lei do valor. O objetivo do capital é concentrar mais-valia e não dispersá-la entre múltiplos concorrentes. Para isso, recorre a expedientes anticoncorrenciais sempre que o resultado da competição for incerto.

Para evitar as ameaças à acumulação, o capital se utiliza do etnocentrismo, racismo, sexismo. Diferentemente do universalismo que propõe um sistema de oportunidades iguais, essas formas ideológicas justificam a desigualdade apelando à “inferioridade” cultural ou biológica de determinados grupos sociais. Através da imposição da desigualdade de direitos, o capital pode rebaixar o valor da força de trabalho desses grupos e se proteger contra as pressões sociais da competição e da igualdade. O modelo mais bem sucedido de capitalismo no século XIX, não foi o francês que partiu de uma revolução que mobilizou camponeses em torno das bandeiras da liberdade, igualdade e fraternidade, mas o britânico, onde a burguesia se aliou com a aristocracia e com as forças conservadoras da Santa Aliança para moderar a radicalidade dos princípios da revolução francesa.

Wallerstein afirma que o padrão ideológico da civilização capitalista foi a de um *zig-zag* entre o universalismo e a desigualdade para situar os indivíduos e grupos sociais. Esses *zig-zags*, nos momentos de estabilidade política e de hegemônica, foram complementares. O universalismo incitava à mudança e transformação, justificando a ascensão de grupos ou indivíduos, ou estabelecendo o roteiro para ela. O etnocentrismo justificava as razões da desigualdade.

A complementaridade entre ambos se manifestou no fato de a civilização capitalista afirmar o particularismo da ideologia da potência hegemônica como universal, impondo o eurocentrismo e a cultura anglo-saxã como padrões. A teoria das vantagens comparativas ou a sociologia da modernização afirmavam a necessidade de se adotar comportamentos avançados e universais, supostamente implementados nos países centrais, para se buscar a reprodução dos níveis de renda ou o desenvolvimento de padrões políticos, sociais e ideológicos dos grandes centros nas regiões mais atrasadas.

Durante a crise da potência hegemônica, a complementaridade entre universalismo e desigualdade ameaça se desfazer. A articulação entre o particularismo hegemônico e o universal entra em rota de colapso. Sua reconstrução é fundamental para estabilização da ordem capitalista. O discurso universalista busca novas formas que podem vir a ameaçar o capitalismo histórico, questionando o monopólio e a desigualdade de oportunidades inerentes ao capitalismo. O discurso meritocrático é altamente instável para qualquer forma de dominação de classes ou grupos sociais, como assinala Wallerstein, por seu compromisso radical com a igualdade de oportunidades<sup>133</sup>. Sua unilateralidade é insustentável para o capitalismo. De ou-

<sup>133</sup> “Diz-se que a meritocracia é não apenas economicamente eficiente, mas politicamente estabilizadora [...]. Isto é, pensa-se que o privilégio aceitado pelo mérito é de alguma forma moralmente e politicamente mais aceitável pela maioria das pessoas que o privilégio ganho por herança. Esta é uma sociologia política duvidosa. O exato oposto é de fato o verdadeiro. Enquanto o privilégio ganho por

tro lado, o etnocentrismo também se descola de seus compromissos com o universal e ameaça se transformar numa ideologia predominantemente racista e sexista, encerrando suas ligações com a ordem competitiva, o que representa um risco para o sistema capitalista, caso se imponha como mundialmente dominante.

No período em que estamos hoje, de crise de hegemonia, a articulação do universalismo aos Estados Unidos e ao capitalismo histórico está cada vez mais em questão. Isso se evidencia com a crise do neoliberalismo como ideologia. De ideologia do Consenso de Washington e do fim da história, o neoliberalismo passa a ser apresentado como ideologia do dissenso, dos privilégios e da ameaça à humanidade. Estamos presenciando uma provável bifurcação, não obstante as tentativas de controlá-la, na qual o universalismo busca novas formas de encontrar a igualdade, pós-hegemônicas e pós-neoliberais, e o etnocentrismo busca formas próprias de afirmar a desigualdade.

Entretanto, o fato de o neoliberalismo estar em crise não significa, como vimos afirmando, que está derrotado. As hesitações da esquerda em superá-lo podem trazer para ela a sua crise e abrir espaço ao fascismo como alternativa ao caos provocado pela crise ideológica.

Outra dimensão da crise do capitalismo e que se articula com a crise da ideologia é a crise ecológica. O indivíduo é visto na civilização capitalista como ser independente que utiliza a natureza para sua satisfação. A natureza é transformada em objeto e deixa de ser vista como um sistema de produção de vida e de biodiversidade que tem leis próprias de reprodução. O capitalismo estabelece uma racionalidade econômica. Busca reduzir o valor dos produtos através do aumento da produtividade, o que implica maior quantidade produzida com menos força de trabalho. A ênfase nas quantidades é impulsionada pela polarização da renda. Criam-se pressões sobre os recursos naturais advindas do consumismo e da pobreza. Elas se incrementam com a dominação cultural exercida pelo *hegemon* e implicam uma brutal superexploração dos recursos naturais. Essa superexploração se caracteriza por uma utilização superior dos recursos naturais à sua regeneração. A globalização neoliberal leva essa lógica ao paroxismo. Ela produz a acelerada entropia dos sistemas ecológicos, que têm sua biodiversidade significativamente reduzida, ameaçando sua sustentabilidade.

herança tem sido ao menos marginalmente aceitável para os oprimidos na base de crenças místicas ou fatalistas numa ordem eterna, cuja crença ao menos oferece o conforto da certeza, privilégios ganhos por esperteza ou porque alguém é certamente melhor educado que outros são extremamente difíceis de aceitar, exceto pelos poucos que estão subindo a escada. Ninguém que não é um *yuppie* ama ou admira um *yuppie*. Príncipes ao menos podem parecer tipicamente figuras paternas. Um *yuppie* é nada mais que um irmão superprivilegiado. O sistema meritocrático é politicamente dos menos estáveis. E é precisamente por causa dessa fragilidade que o racismo e o sexismo entram em cena." Immanuel Wallerstein, *The Politics of the World-Economy*, cit., p. 348.

Tentar resolver a questão ecológica internalizando os custos dos poluidores não resolve a questão dos danos ambientais, dada sua incomensurabilidade, e cria fortes resistências no capital em razão dos efeitos depressivos sobre a taxa de lucro. Ela só pode ser resolvida no âmbito de um novo marco civilizacional que conduza a uma nova mentalidade, impulsionada por um novo sistema mundial.

### 3.3 – As alternativas ao moderno sistema mundial

Vimos que o moderno sistema mundial está em trajetória de crise e rumo para o caos sistêmico. Mencionamos que essa crise apresenta várias dimensões: a crise de hegemonia; de desenvolvimento da economia-mundo; de organização da divisão internacional do trabalho em zonas centrais, semiperiféricas e periféricas; político-institucional; ecológica e ideológica. As tendências seculares do capitalismo histórico não são suficientes para revertê-las.

Vivenciamos a ascensão de um novo Kondratiev, desde 1994, que se conjuga com as crises do moderno sistema mundial e de hegemonia. Mencionamos que isso lhe atribui características específicas: ele conviverá com a financeirização e com altas taxas de destruição do capital e do emprego, mas dirige os fluxos de investimentos internacionais para as taxas de lucro. Essa situação tem confundido muitos analistas que pretendem ver na financeirização uma tendência unilateral que haveria transferido o dinamismo dos investimentos capitalistas para inversões reguladas pelas taxas de juros, principalmente as dívidas públicas. Em verdade, o período que marca o auge dessas aplicações, por ora, se esgotou. Os seus limites foram estabelecidos pela própria competição em que se baseia o sistema interestatal, que tornou insustentável a política de financeirização e valorização unilateral do dólar deslanchada por Reagan. A volta dos neoliberais ao poder, a partir da eleição de George W. Bush, ocorre em outro momento cíclico que limita a expansão da dívida pública e a condiciona à primazia dos investimentos produtivos. Todavia, a necessidade de sustentar o lucro extraordinário e a riqueza formada nos mercados privados junto ao setor real da economia levou a uma nova intervenção massiva do Estado que se inicia em 2008-2009. Essa intervenção não visa estabelecer o primado da financeirização sobre o setor produtivo, mas sim funcionalizá-la às suas necessidades, na medida em que a conversão da mais-valia em lucro extraordinário torna-se limitada pelo estágio atual de desenvolvimento das tendências seculares do capitalismo e necessita de apoio na valorização fictícia e nos meios de coerção do Estado para realizar-se. Para isso, transfere renda aos grandes oligopólios, garantindo a liquidez de parte de seus investimentos, reduz os juros e amplia o crédito, visando restabelecer o crescimento das economias centrais e mundial.

Esse Kondratiev, como mencionamos, deverá ser menor e menos intenso em crescimento econômico que o anterior, sobretudo nos centros decadentes e seu espaço geoeconômico de hegemonia. Sua fase expansiva, se tomarmos como referência o período de crise da hegemonia britânica, deverá durar aproximadamente vinte anos. Desde 2001-2004 vivenciamos um período de transição de sua prosperidade à maturidade, o que vem impulsionando as forças antissistêmicas da economia mundial. Quanto maior for o avanço das forças antissistêmicas durante a maturidade do Kondratiev, maior será o seu desenvolvimento político e a sua capacidade de superar o caos sistêmico, que deverá surgir com o fim da fase expansiva. No caos, as ações cotidianas se libertam das prisões estruturais de longa duração, e os maiores esforços para organizá-las surtem poucos resultados – justamente o inverso do que se estabelece quando as tendências sistêmicas apresentam vitalidade. Nesses períodos, as ações antissistêmicas estão submetidas a constrangimentos que limitam de forma irredutível a concentração de esforços por rupturas.

O caos representa um período de liberdade em relação às pré-determinações. Os planos do acontecimento, da conjuntura e da estrutura se nivelam para instituir novos padrões dentro de um mesmo sistema, estabelecendo sua continuidade cíclica, ou, inversamente, para suplantá-lo e criar outro. Com a deterioração do moderno sistema mundial, cabe avaliar que alternativas sistêmicas se apresentam.

Immanuel Wallerstein, em *Capitalismo histórico e civilização capitalista* (1995), esboça três alternativas, todas pondo fim ao capitalismo histórico: o neofeudalismo, o “fascismo democrático” e o socialismo. Por neofeudalismo, o autor designa um mundo de soberanias parceladas e regiões autárquicas sujeitas a hierarquias locais. Essa descrição de Wallerstein se aproxima do cenário de longo prazo proposto por Samuel Huntington (1997) para evitar o “choque das civilizações”, diante da decadência da civilização ocidental. Por “fascismo democrático”, Wallerstein indica a alternativa imperial, imaginada inicialmente por Hitler, em que o mundo se dividiria em duas castas, a superior e a inferior, cabendo à primeira um alto nível de distribuição igualitária. A alternativa socialista ultrapassaria os marcos estatais, redefinindo-os, articulando-os a organizações de gestão globalmente democráticas, criando um sistema planetário. Ela redefiniria as relações entre o universal e o particular, estabelecendo uma forte interpenetração entre ambos. O estabelecimento de marcos globais não deve eliminar o desenvolvimento da diversidade, mas, ao contrário, deve emergir dela mediante uma profunda democratização das relações políticas e sociais.

Giovanni Arrighi, em *O longo século XX*, também aponta três desfechos possíveis: a criação de uma alternativa imperial que se apropriaria dos recursos econômicos pela força; o descolamento, no capitalismo asiático, das empresas da prote-

ção do Estado, em razão de seu sistema em rede, o que levaria à ênfase na esfera do mercado e ao fim do capitalismo braudeliano, ligado aos monopólios; e a prevalência do caos sistêmico antes que se imponha outro sistema, pós-capitalista.

Autores como Paul Hirst, Anthony Giddens, Joseph Nye e Robert Keohane propõem o desenvolvimento de regimes que reforcem as organizações internacionais em favor da hegemonia compartilhada entre as principais potências financeiras e políticas do planeta.

De nossa parte avaliamos da seguinte forma as alternativas colocadas.

A alternativa fascista e imperial é estimulada por duas forças principais: a violação do sistema interestatal pelo *hegemón*, em razão de sua necessidade de conter a difusão das relações de poder produtivas, comerciais, financeiras e culturais que deterioram seu poder e ameaçam a divisão internacional do trabalho formulada pelo capitalismo histórico. Essa violação ainda se alimenta da necessidade de controlar recursos materiais estratégicos, como são o petróleo e a biodiversidade, que o giro do pêndulo sistêmico ao territorialismo promove. Outra força de impulsão do fascismo origina-se da reação de segmentos da burguesia nacional e das camadas médias contra a desnacionalização e a deterioração das relações econômicas e sociais, provocada pelo avanço do neoliberalismo. Essa alternativa é representada sobretudo pelos movimentos fascistas europeus, mas avança também nos Estados Unidos. Ela pode ganhar parcelas do proletariado para o ódio contra os imigrantes e o estrangeiro, a quem se responsabiliza pela instabilidade social, caso a integração europeia não responda efetivamente à superexploração do trabalho e à crise social. Nos Estados Unidos a vitória de Obama colocou provisoriamente essas forças na defensiva; entretanto, elas se rearticulam com o fracasso desse governo para resolver a questão dos altos níveis de desemprego.

Essa alternativa encontra enormes dificuldades para criar um novo sistema mundial. Como mencionamos, o seu principal obstáculo será deter a difusão das relações de poder que é impulsionada pelas forças centrífugas da economia mundial. Vimos, no capítulo 2, que Wallerstein nos apresenta a crise do feudalismo e sua superação pela criação do moderno sistema mundial como o produto de um pacto entre as elites feudais em torno da recriação de um sistema de dominação que fundasse a apropriação privada do excedente econômico sob outros padrões. Baseado nesse antecedente, afirma a possibilidade das elites recriarem o sistema mundial sob novas bases hierárquicas. Entretanto, falta à análise de Wallerstein considerar as tendências de desenvolvimento das forças produtivas. Elas apontam para uma forte socialização das relações de poder e privilegiam a subjetividade contra a qual se choca a alternativa fascista. O fascismo se baseia numa radical eliminação da liberdade política, que atinge o eixo das forças produtivas: o desen-

volvimento da subjetividade<sup>134</sup>. A afirmação global do fascismo traria o paradoxo de uma brutal destruição das forças produtivas que atingiria a humanidade em seu conjunto. Mas há também outra contradição no fascismo: suas tensões internas. Parte do movimento fascista, situado em regiões ameaçadas de rebaixamento nas hierarquias de poder do sistema mundial, é anti-imperialista e tende a se chocar contra a violação da soberania nacional e a centralização política, uma vez que a alternativa fascista de sistema mundial proporia-se a restabelecer a fórmula arcaica dos impérios numa versão planetária jamais alcançada na história.

A hegemonia compartilhada proposta por um amplo conjunto de autores também apresenta significativas dificuldades para se organizar de maneira estável. Ela é muito mais um movimento defensivo das grandes potências econômicas contra a dispersão das relações de poder, mas dificilmente poderá conduzir à unidade de interesses que renove o capitalismo histórico. Como Marx indica, o objetivo do capital é a mais-valia extraordinária, que impulsiona a introdução de inovações tecnológicas. Uma transnacionalização das relações de poder imporá fortes dificuldades às estratégias de competição mundial entre as distintas burguesias nacionais. Elas buscam conservar a soberania de seus Estados como fonte de poder diferencial na competição mundial. De outro lado, como forma defensiva, a hegemonia compartilhada dificilmente conseguiria deter por muito tempo a ascensão de novos competidores na economia mundial.

A alternativa neofeudalista ou multicivilizacional, como quer Huntington (1997), de um mundo dividido em várias civilizações, nas quais se afirmariam lideranças regionais que resolveriam internamente seus conflitos, encontra também grandes dificuldades para se materializar. Ela encontraria a oposição do *hegemon* e seus aliados, que reivindicam a territorialidade planetária. Dificilmente nessa etapa do capitalismo histórico seriam possíveis desconexões que fragmentassem o sistema mundial em vários sistemas regionais autorreferidos. Isso violaria a natureza globalizante das forças produtivas. São possíveis desconexões que se inscrevam numa trajetória mais ampla de reordenamento do sistema mundial. Elas são mesmo prováveis, em razão da natureza anárquica e do desenvolvimento desigual e combinado que constituem o moderno sistema mundial e criam realidades econômicas, políticas, sociais e ideológicas muito distintas em suas variadas regiões. Mas não são suficientes *de per si* para estabelecer uma nova realidade sistêmica, pois enquanto realidades circunscritas são frágeis para se impor diante das novas pretensões de territorialidade do capitalismo histórico. Para bloquear suas inicia-

<sup>134</sup> Sobre a natureza entrópica do fascismo e sua negação radical da liberdade política, ver o livro clássico de Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens de nossa época* (Rio de Janeiro, Campus, 2000), em particular o último capítulo.

tivas desestabilizantes, seria necessário mobilizar forças globalizantes que limitassem e impedissem sua atividade.

O descolamento das empresas da proteção estatal, em razão de sua organização em rede, como sugere Arrighi, parece ser também uma hipótese pouco plausível. A organização em rede das empresas não eliminou, como mostramos, seus vínculos nacionais. Seus centros de inovação e pesquisa estão concentrados fortemente em bases nacionais, apesar dos acordos tecnológicos e movimentos de fusão e incorporação internacionais que têm prosperado na economia mundial. Por outro lado, a intervenção governamental tem aumentado fortemente no capitalismo asiático<sup>135</sup>.

As hipóteses que consideramos plausíveis são a degeneração do sistema mundial num caos ininterrupto que ameaça a sobrevivência da humanidade ou a construção de um sistema mundial socialista que se fundaria numa civilização planetária. A descrição de alternativas em bifurcação corresponde aos padrões de caos estabelecidos pelo moderno sistema mundial. Como demonstram as obras de Giovanni Arrighi, Beverly Silver e Immanuel Wallerstein, o caos se inseriu, historicamente, no contexto de um movimento cíclico de sucessão de hegemonias estatais que permitiu reorganizar o moderno sistema mundial. Embora seja um período de anarquia, violência e horrores, ele possibilitou a expansão do capitalismo histórico. De um lado, produziu guerras de dimensões mundializantes, impulsionadas por bifurcações organizacionais que cindiram o sistema em projetos estatais competitivos. Mas, de outro, limitou a tentação imperial e desenvolveu o sistema interestatal, possibilitando que o conflito político militar culminasse com o deslocamento do eixo da organização desse sistema de um Estado decadente para outro com bases produtivas, demográficas, financeiras e políticas mais amplas e uma localização geográfica mais estratégica.

Entretanto, o que marca a especificidade do caos sistêmico que se aproxima é que ele se dirige não apenas contra uma determinada hegemonia, mas contra o moderno sistema mundial e o capitalismo histórico. A bifurcação que ele provavelmente engendrará terá configurações próprias, pois o Estado-nação parece entrar em crise definitiva como instância capaz de concentrar a organização da economia mundial. Essa bifurcação não deverá opor projetos estatais distintos que buscam a hegemonia, mas tenderá a confrontar as forças que buscam preservar o capitalismo histórico com aquelas que buscarão superá-lo, construindo uma nova civilização de caráter planetário.

<sup>135</sup> Se tomarmos como indicador os gastos governamentais, eles saltaram na Coreia do Sul de 18,8% para 30,9% entre 1985 e 2008. No Japão, passam de 29,4% para 36,4% no mesmo período. A elevação da receita tributária também indica uma maior participação do governo na economia. Na Coreia do Sul, a receita se eleva de 17,6% do PIB para 35,7% do PIB no período assinalado. No Japão, ascendem de 28,8% para 35% (OCDE, 2002 e 2008).

Vimos que nas confrontações que se estabeleceram nos períodos de caos sistêmico, os Estados que viram frustrados seus projetos de dominação desenvolveram características fortemente imperiais de intervenção. Esse foi o caso da França napoleônica, cujo expansionismo no continente europeu violou os princípios do Tratado de Westfália. Esse intervencionismo teve uma dimensão progressista ao combater forças políticas com forte caráter feudal na Europa. Entretanto, ele também estabelecia um forte controle político interno, consolidando o sepultamento do sufrágio universal estabelecido nas etapas mais radicais da Revolução Francesa. Posteriormente, a expansão do capitalismo histórico e a liquidação das forças feudais no sistema mundial eliminaram o caráter progressista desse intervencionismo e deram aos novos projetos imperiais um forte conteúdo reacionário. Esse foi o caso do fascismo impulsionado pela Alemanha nazista.

No novo período que se avizinha, os projetos de manutenção do capitalismo histórico buscarão articular, desde o *hegemón*, um conjunto de forças oligárquicas sob formas cada vez mais fascistas. Isso fica nítido nas reações do governo Bush Filho ao atentado de 11 de setembro e em sua política externa, que detalharemos no próximo capítulo. Ela desenha uma ofensiva ideológica que não se esgota com o fim desse governo e sinaliza políticas fascistas e estabelecimento desses regimes na periferia, como o que se impôs no Iraque e na Palestina. Mencionamos que o projeto fascista dificilmente terá sucesso em impor uma nova ordem que substitua o moderno sistema mundial. Entretanto, há o risco de ele se tornar um obstáculo para que o projeto da civilização planetária se imponha. Nesse caso, o caos tenderia a se aprofundar, e a humanidade sucumbiria num processo de choques brutais entre forças anti-imperialistas incapazes de reconduzir o sistema mundial a um nível superior, das quais os nacionalismos chauvinistas e fundamentalismos religiosos e étnicos são formas de expressão, e as forças fascistas oriundas dos países hegemônicos, incapazes de restabelecer qualquer ordem.

Frente a essa possibilidade, há que se impor o projeto de uma civilização planetária. Theotonio dos Santos tem formulado e desenvolvido esse conceito. Ela expressa a convergência de culturas e civilizações em torno de um convívio plural num sistema planetário único. A civilização planetária baseia-se numa radical democratização das organizações políticas internacionais para articular o global às pluralidades históricas, econômicas, sociais e culturais. Não há nenhuma razão para se supor inviável sua existência, em razão da presença de diversas culturas e civilizações na história da humanidade que supostamente poderia dividi-la<sup>136</sup>. A civilização planetária

<sup>136</sup> Essa perspectiva é desenvolvida por Samuel Huntington em *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial* (Rio de Janeiro, Objetiva, 1997). Immanuel Wallerstein, em *The Politics of the World-Economy*, cit., p. 147-85, desenvolve um conceito de civilização que permite evitar os equívocos

não suprime as especificidades culturais e civilizatórias. Mas as integra sem negar suas identidades. Seus fundamentos são integração e diversidade. Ela não é um projeto de integração hierárquico, onde uma fração da humanidade busca dominar as demais, mas o contrário. Seu objetivo é impulsionar a diversidade, proporcionando plenas condições para o seu desenvolvimento ao garantir como direito o acesso de todos os povos e indivíduos à acumulação científica, tecnológica e cultural gerada pela humanidade. Realiza-se o indivíduo social, imaginado por Marx, que baseia o desenvolvimento da sua individualidade na liberdade permanente de apropriar-se das forças produtivas criadas pelos homens. Liberdade, igualdade, solidariedade e paz são os princípios éticos e organizativos da nova civilização. Esses princípios são a base de uma civilização ecologicamente sustentável.

A civilização planetária significa a passagem para o terceiro padrão de relação entre homem e a natureza, que mencionamos no primeiro capítulo, onde a economia e a luta contra a escassez deixam de ser prioritárias. Ela deverá construir um padrão de vida que priorize a qualidade e os valores de uso e não o trabalho abstrato, as quantidades e a racionalização. O homem passa a ser entendido em seu ambiente ecológico. Não apenas a riqueza cultural fundamenta o indivíduo social, mas também a riqueza de seu meio-ambiente. A constituição de políticas neuentrópicas que mantenham a vitalidade dos sistemas ecológicos exige o desenvolvimento da equidade e a ampla democratização das relações políticas, sociais, culturais e econômicas. A democratização das sensibilidades, preferências e significados multiplica as formas de uso do ecossistema, expandindo a diversidade dos componentes (recursos bióticos e abióticos) que fundamenta sua estrutura básica e a sua produtividade (Leff, 2001, e Meszáros, 1995).

Como assinala Theotonio dos Santos, a paz é um valor central para a construção da civilização planetária. Ela não poderá ser estabelecida a partir de uma guerra de destruição em massa com as forças imperialistas. Uma tal alternativa significaria a vitória do caos e do genocídio. A paz deverá ser uma força ativa de integração e cooperação entre os grupos humanos, possibilitando combinar guerras de posição e de movimento na introdução de inflexões políticas substantivas. Essa cooperação deverá impedir o funcionamento da máquina estatal imperialista

de Huntington, que apresenta dele uma precária definição, aduzindo sucintamente uma série de teorias em forma de mosaico. Wallerstein demonstra que a civilização não existe como uma referência estática, mas sim como processo e movimento. Ela é a interpretação que um grupo determinado faz de sua identidade, incluindo, hierarquizando e excluindo múltiplos componentes de um largo e complexo período histórico. No perfil dessa construção pesa fortemente o tipo de liderança política que é exercida sobre esse determinado grupo. Civilização não representa o peso do passado que limita o desenvolvimento de determinados povos. Mas, sobretudo, um processo de criação que interpreta o passado e o modifica, criando uma nova história, ao articulá-lo de uma forma original ao presente.

e superar a alternativa das guerras (Dos Santos e Senechal, 1985; Dos Santos, 1994 e 1996a; e Segrera, 1998b). Para isso, será de fundamental importância criar laços de solidariedade transnacionais entre as populações nacionais, impedindo sua integração às lideranças imperialistas e chauvinistas que pretendem transformar as lutas do sistema mundial em confrontações entre Estados-nações. Essa perspectiva é possível e, como mencionamos, encontra um precedente vitorioso no Vietnã e mostra sua força nas lutas anti-imperialistas contra a guerra no Iraque e nos movimentos sociais e políticos internacionalmente solidários<sup>137</sup>. Para impulsioná-la, há que se articular as lutas sociais em vários níveis: local, nacional, regional e mundial. Essa articulação não suprime a autonomia relativa de cada instância em que se desenvolvem essas lutas, mas ocorre num contexto de crescente interpenetração e sinergia. As lutas locais, nacionais e regionais assumem cada vez mais uma forma mundial e vice-versa<sup>138</sup>.

A superação do moderno sistema mundial não se fará de uma só vez. Ela poderá dar lugar a uma fase de transição que durará os próximos dez a quarenta anos, durante os quais essas articulações se reforçarão até constituírem outras bases sistêmicas. No próximo capítulo, ao tratarmos da crise da hegemonia estadunidense, indicaremos as condições que a viabilizam.

<sup>137</sup> A vitória da candidatura Obama sobre os republicanos é uma expressão da vitória simbólica dessa perspectiva transnacional, independentemente do que esse governo represente efetivamente em conquista para os movimentos sociais.

<sup>138</sup> Em resposta ao neoliberalismo projeta-se um socialismo que, como menciona Octávio Ianni, "se enraíza nas diversidades e desigualdades sociais, não só locais, nacionais e regionais, mas principalmente mundiais, enraizando-se também na avaliação crítica das experiências socialistas já realizadas em diferentes nações, ou em curso na China e em Cuba, enraizando-se inclusive nas contribuições filosóficas, científicas e artísticas que se multiplicam no Ocidente e no Oriente, na África e na América Latina, no Caribe e na Oceania, na América do Norte e nas diversas Europas". Octávio Ianni, *Capitalismo, violência e terrorismo* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004), p. 35.